

Director
Oliveira Tavares

Editor
Maximino Abranches

Propriedade da Empresa
de Publicidade Colonial, L.ª

GAZETA

DAS

COLONIAS

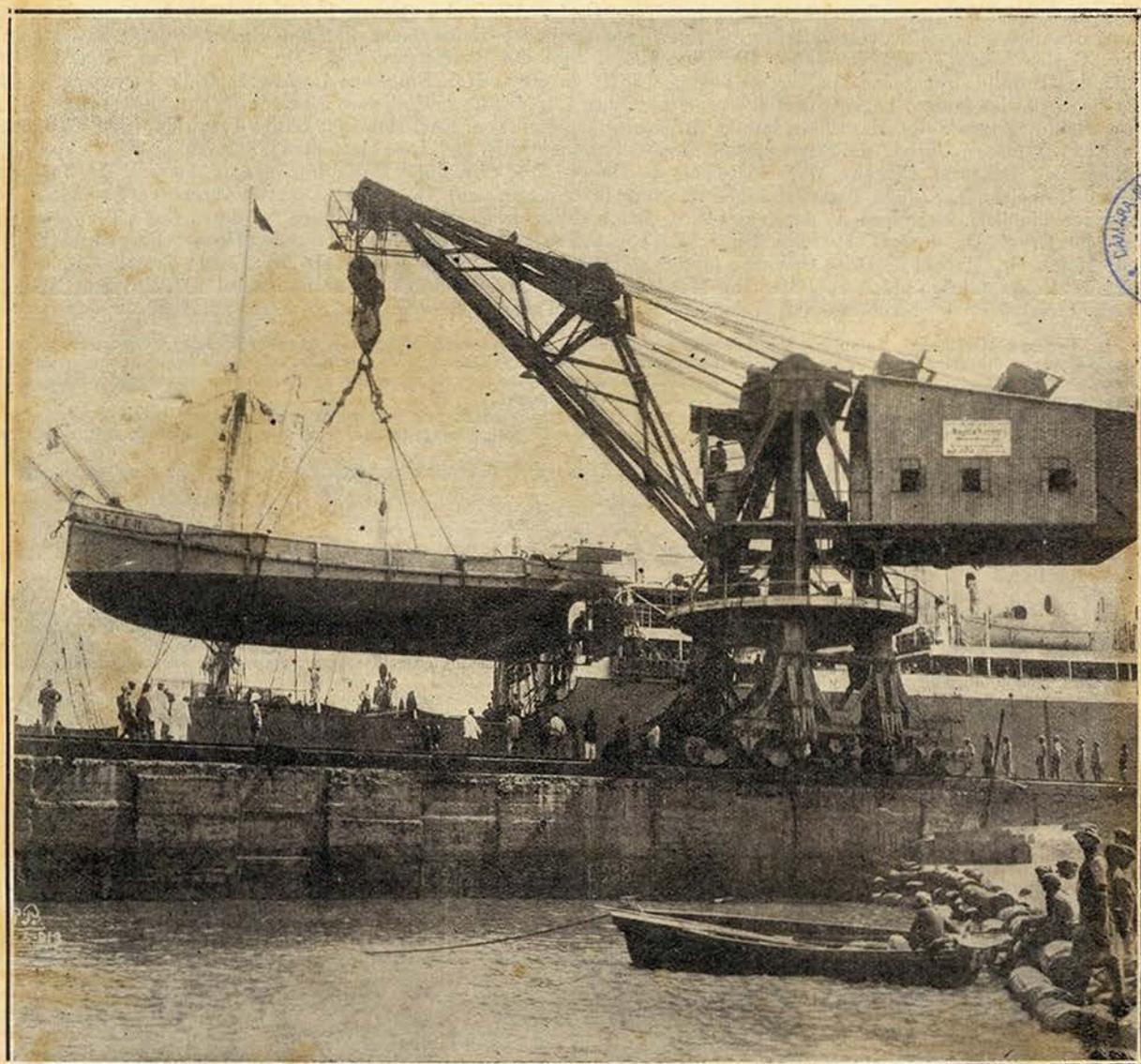
Composto e Impresso
Rua do Seculo, 150

Publica-se ás 5.ªs feiras

Redação e Administração
R. Diário de Noticias, 44, 1.º

SEMANARIO DE PROPAGANDA E DEFEZA DAS COLONIAS

FOMENTO COLONIAL



O MAIOR GUINDASTE DA AFRICA DO SUL

(Força de 60 toneladas)

Desembarque do casco dum rebocador no Porto de Lourenço Marques, durante a época da construção do muro-caes (1913)

Por impossibilidade de adquirir papel apropriado e em quantidade sufficiente, publica-se a "GAZETA DAS COLONIAS" com 24 paginas, falta que procuraremos remediar quanto antes e que esperamos nos seja relevada.

COLABORAÇÃO

No sentido de dar á discussão dos variados e complexos problemas coloniais a maior largueza e de originar fortes correntes de opinião favoráveis aos altos interesses coloniais, procura a «Gazeta das Colonias» conseguir uma larga colaboração, tanto na Metrópole como nas Províncias Ultramarinas, por parte de todas as entidades, que melhor conhecem os assuntos coloniais e que por isso mais decisi- vamente podem intervir no seu estudo.

Desde já, é a «Gazeta das Colonias» honrada com a colaboração dos Ex.^{mos} Srs.:

Albano A. Portugal Durão (antigo ministro), Maj. A. Cifka Duarte (Ex.^{mo} Director da Aeronautica Militar), Dr. Alexandre de Vasconcellos e Sá (antigo ministro), Engenheiro Alfredo Augusto Freire de Andrade (antigo gov. colonial), Dr. Alvaro Xavier de Castro (antigo gov. colonial), Dr. Antonio Gonçalves Videira (Beira-Moçambique), Antonio José Pires Avelanoso, Alm. Antonio J. A. F. Pinto Basto, Major Antonio Leite de Magalhães (antigo gov. de distrito), Antonio Pinto Teixeira (antigo gov. de distrito), Maj. Antonio Ribeiro de Carvalho (antigo ministro), Eng. Antonio Vicente Ferreira (antigo ministro), Dr. Armando Cortesão, Dr. Armindo Monteiro, Artur Tamagnini de S. Barbosa (antigo gov. colonial), Aires de Ornelas e Vasconcelos (antigo ministro), Cap. Carlos T. A. dos Santos, Dr. Carlos Amaro, Cap. ten. Carlos Pereira (antigo governador colonial) Eng. Carlos Roma Machado, Carlos Oscar da Silva, Eng. Carlos de Sá Carneiro, Alm. Carlos Viegas Gago Coutinho, Dr. Constantino José dos Santos (senador), Dr. Egidio Inso, Alm. Ernesto Julio de Carvalho e Vasconcelos, Dr. Fernando Emídio da Silva, Maj. Francisco C. Aragão, Eng. Francisco da Cunha Rego Chaves (antigo ministro), Maj. Francisco Pedro Curado, Eng. Francisco Pinto da Cunha Leal (antigo ministro), Heitor Eugenio de Magalhães Passos (inspector escolar) Ten. Cor. Henrique Sátiro Pires Monteiro, Cap. Ten. Henrique Monteiro Corrêa da Silva (antigo governador colonial), Dr. João Camoesas (antigo ministro), Cap. João Guilherme de Menezes Ferreira, Cap. João Luiz de Moura, Ten. Cor. João Maria Ferreira do Amaral, Dr. João dos Santos Monteiro, Eng. João Tamagnini de S. Barbosa (antigo ministro), Gen. José Augusto Alves Roçadas (antigo governador colonial), Maj. José A. de Melo Vieira, Dr. José Benevides, Dr. José Caeiro da Mata, Cap. Ten. José E. Carvalho Crato, Dr. José O. Ferreira Diniz, Maj. José Tristão de Bettencourt, Luiz de Menezes Bragança, (India), Luiz Moita, Dr. Manuel de Brito Camacho (antigo Alto Comissario em Moçambique), Dr. Manuel Fratel, Manuel Ferreira da Rocha (antigo ministro); Mariano Machado (antigo director da C. F. de Benguela), Dr. Roberto Bruto da Costa (India), Paulino dos Santos Gil (Lourenço Marques), Tomé de Barros Queiroz (antigo ministro).

Espera a «Gazeta das Colonias», que independentemente de solicitação especial, todas as colectividades do Ultramar. (como Conselhos do Governo, Municipalidades, Comissões de melhoramentos, Associações Comerciais e Industriais, agremiações scientificas, ou de outra natureza) que tenham parte na valorisação dos nossos dominios coloniais, lhe honrem as colunas com a sua opinião autorizada pelo estudo local e inspirada no interesse que a nossa colonisação, por certo, lhes merece.

Aos colonos que lá longe dispendem o melhor do seu esforço, trabalhando pelo bom nome de Portugal, e cuja acção nem sempre é conhecida, faculta a «Gazeta das Colonias», as suas colunas, onde serão gostosamente registadas as suas opiniões, a que a dura experiencia dá um alto valor.

A todos a Direcção da «Gazeta das Colonias» protesta o seu respeito e confia a realisação da obra que se propõe empreender e na qual não poderá ter mais que uma modesta participação.

SECÇÕES

É facilmente explicavel que não possamos, já de inicio, abrir todas as secções que tencionamos incluir na *Gazeta das Colonias*.

Entre ellas figura a de «Estatistica Colonial», a que dedicaremos um especial cuidado, atenta a importancia que lhe atribuímos. Para tornar essa secção tão proveitosa quanto possivel, fazendo dela uma base segura para o estudo da actividade colonial, além dos elementos que solicitámos, aceitaremos, com prazer, quaisquer outros que nos sejam fornecidos sobre: produção, cotação de produtos, areas cultivadas, mão de obra empregada, gado, exportação, importação, etc.

A hygiene colonial tem igualmente um logar na «Gazeta» procurando-se em algumas considerações ligeiras romper com certos processos prejudiciais, difundindo o conhecimento de algumas medidas de profilaxia, indispensáveis a quem vive nas colonias ou a elas se destina.

Outras secções serão criadas e desenvolvidas dentro das possibilidades da «Gazeta» atendendo-se sempre aos fins que esta se propõe realisar — *propaganda da nossa colonisação, constantemente aperfeiçoada, pela introdução dum maior espirito scientifico em toda a acção colonial, quer colectiva, quer particular.*

AGENCIAS

A *Gazeta das Colonias* tem já definitivamente estabelecidas as seguintes agencias:

No continente: — Para o Porto e Norte do Paiz — Os Ex.^{mos} Srs. Dias Pereira & C.^a

No Ultramar: — Para a Provincia de Angola — A Empresa de Publicidade «Angola». Limitada.

Para a Provincia de Moçambique. — *Lourenço Marques*: Ex.^{mo} Sr. Roque Ferreira (com acção nos distritos de Gaza, Quelimane e Tete). *Mocambique*: Ex.^{mo} Sr. Antonio Fernandes da Silva. *Inhambane*: Ex.^{mo} Srs. A. Cruz, Limitada. *Manica e Sofala*: Ex.^{mo} Sr. Luiz Pereira Eduardo.

Nas restantes provincias: agencias provisórias.

Assinaturas e Anuncios

Tratam-se nas Agencias e na Administração: Rua do Diario de Noticias, 44-1.º — LISBOA.

Segundo as normas seguidas por todas as emprêsas jornalisticas, consideramos desde ja assignantes da "GAZETA DAS COLONIAS" todas as pessoas a quem foram enviados os primeiros numeros e que nos deram o prazer de os não devolver.

A CAMINHO . . .

É verdadeiramente animadora a forma por que a *Gazeta das Colonias* foi acolhida e se tal acolhimento, por uma parte, demonstra uma grande generosidade que nos cativa, não deixa também de significar, para nós, que se sentia a necessidade de os assuntos coloniais serem tratados com a largueza, com o estudo e com o carinho que elles, pela sua importancia, merecem.

Não só por parte da Imprensa que, num impulso de camaradagem, teve para nós animadoras referencias, que aqui reconhecidamente agradecemos, mas pelo Público, foi criada em volta da *Gazeta das Colonias* uma atmosfera benévola que nos encoraja e nos incita a romper com as dificuldades que possam surgir, para conseguirmos levar a bom termo a missão que nos impuzemos e que ligeiramente deixámos delineada no nosso primeiro número.

Mas se registamos com prazer o bom acolhimento que tivemos, não é com menos prazer que reconhecemos que a orientação que pretendíamos imprimir á nossa acção, está sendo seguida por uma forma que nos enche de esperanças no resultado dos nossos esforços.

Fazer a propaganda da colonização portugueza e promover o estudo

dos numerosos e complexos problemas coloniais — é, como acentuamos no primeiro número, a síntese do programa que traçámos e que se está effectivando conforme era nossa aspiração.

Já no número anterior se iniciou a discussão de problemas interessantes e sendo ela feita, como é, com uma impecavel elevação e com um tão grande brilho de conhecimentos, que a sinceridade de intenções e a alta competencia dos nossos illustres colaboradores garantem, necessariamente deve conduzir a uma conclusão util.

Só assim, posta de parte qualquer feição dogmática contrária á selecção de ideias e á difusão de conhecimentos coloniais, que se pretende realisar, só abrindo os assuntos a toda a discussão, debatendo-os tão largamente quanto possível, com calma e com o intuito exclusivo do beneficio colectivo, se poderão formar fortes correntes de opinião e provocar alvitre, por cuja realisação nos esforçaremos, quanto em nós caiba.

Evidentemente não esquecemos que no presente não podemos deixar de enfermar das imperfeições e deficiencias proprias de quem começa, que por serem naturais nos não desanimam e que procuraremos ir corrigin-

do pouco a pouco, sempre no sentido de tornar cada vês mais eficiente a nossa acção; mas no entanto não podemos deixar de confessar que nos julgamos no bom caminho, pelo qual prosseguiremos desassombadamente, se nos não faltar o apoio, que o benévolo acolhimento que tivemos nos fás esperar com confiança.

Entregues a uma obra de caracte nacional, para cuja realisação a *Gazeta*, procurará ser campo neutro, onde todos os crédos políticos se possam encontrar e onde acima de tudo se ponham os interesses nacionais, porêmos sempre em fôco as exigencias da vida das colonias, pugnaremos pela sua satisfação com correcto desassombro, pois assim entendemos corresponder á confiança que a forma por que fomos recebidos envolve.

O nosso caminho está aberto e por êle seguiremos procurando fazer nascer do largo estudo dos assuntos coloniais, considerados um por um, colonia por colonia, o conhecimento das necessidades de cada região, das possibilidades materiais que ofereçam, da sua receptividade a este ou áquele regimen administrativo, em resumo, o conhecimento completo das nossas colonias, daquelas terras, que sendo Terras Portuguesas, tão pouco conhecidas são dalguns portuguezes.

COLONOS E EMIGRANTES

Pode considerar-se um bom sintoma o aparecimento da «Gasetta das Colonias». Veio na sua hora propria.

As questões coloniais estão hoje, mais do que nunca, na ordem do dia em todo o mundo. Tanto nas nações que tem colonias como nas que as não tem.

Nas que as tem, pelo interesse immediato que lhes pode advir, quer na aquisição de materias primas para as suas industrias, quer na abertura de mercados para os seus productos, quer ainda, no grande auxilio que podem prestar á defesa nacional.

A França, em frente da Alemanha, não se considera, hoje, como antes da guerra, uma nação, irremediavelmente, perdida e sacrificada, na pri-

meira luta que possa travar-se entre ambas.

Como o declarou o seu illustre delegado á Conferencia para a limitação de armamentos navais da América, Mr. Albert Sarraut, a França, é hoje uma nação de cem milhões de habitantes.

Pouco importa que a sua população continental diminúa ou continui estacionaria, não indo além de quarenta milhões.

Ela sabe perfeitamente, e sabe-o a propria Alemanha, também, por dolorosa experiencia, que a França pôde contar, e conta, realmente, com a sua população de côr, na defeza do seu territorio, e para fazer frente a qualquer potencia que tenha a veleidade e a ambição de a pretender vexar.

A Inglaterra, como se viu durante a ultima grande guerra, trouxe a combater, na Europa, a população das suas colonias e dominios; e a Alemanha, provocou o espanto e a admiração de todo o mundo, conseguindo sustentar, auxiliada, apenas, com os indigenas da sua Africa Oriental, a sua soberania, naquelas pagagens, até ao armistício.

E nós, que fômos os primeiros a tratar com os povos exóticos, e a compreender a *politica indigena*, sabemos de antemão, que podemos contar com a boa vontade da população das nossas colonias, seja ela branca, preta ou amarela, sempre que precisamos impôr o nosso direito e soberania, onde quer que a virmos ameaçada ou desconhecida.

Mas para que tal aconteça, é per-

ciso que as questões coloniais, como acima dissemos, ocupem o lugar que devem ocupar, no quadro geral do nosso ensino, educando e instruindo convenientemente, os indigenas, não conforme o modelo e figurino metropolitano, mas tendo em atenção o meio em que vivem, e a sua mentalidade, usos, costumes e tradições, de maneira a tornarem-se uteis á mãe patria e a eles proprios.

O que aconteceu na India ingleza, após a reforma da instrução de Macaulay, deve servir-nos de exemplo e de escarmento.

Para doutores, e frequentes vezes, doutores da *mula ruça*, como vulgarmente se diz, já bastam e sobram os que por cá temos.

As carreiras coloniais, mais do que quaisquer outras, precisam de uma grande e cuidada preparação preliminar, e uma decidida vocação.

E essa vocação e preparação tem a sua principal razão de ser no interesse que estas questões despertarem, tanto na metropole como nas colonias.

Tudo o mais é musica celestial.

Eu não quero que todos os individuos que pretendem ir para as colonias tenham um curso superior de agronomia ou veterinaria, ou sejam doutorados em sciencias politicas e

administrativas. Seria, até, contra-productivo.

O que eu desejo e quero, é que os nossos colonos e emigrantes, os empregados, sejam de que categoria forem ao partirem do continente, levem uma noção, quanto possivel exacta, da região onde vão exercer a sua actividade, e dos meios necessarios para se defenderem do clima, e bem poderem desempenhar as suas funções.

E queria, igualmente, que nas nossas duas grandes colonias, de Ançola e de Moçambique, pelo menos, junto dos Governos Gerais, ou em qualquer região determinada, propicia á saúde e aclimação da raça branca, se estabelecesse uma *missão*, ou *repartição*, encarregada de dirigir e guiar, nos seus primeiros passos, os individuos enviados da metropole.

Todas estas coisas porém e as mais que, facilmente, se advinham e subintendem, só se podem fazer com muito trabalho e dedicação, e não por simples palpite ou por decretos no papel, que nada resolvem, e por vezes, tudo comprometem.

O ensino para colonos e emigrantes tanto industriais, como commercias, e agricolas, que tão desenvolvido se encontra em outros paizes, tem de ser criado no nosso, segundo

os preceitos da moderna colonisação.

Junto da Escola Colonial, de Lisboa, em cuja ultima reforma foi criado um curso para colonos e emigrantes, mas que ainda, ninguem se lembrou de frequentar, sem duvida por se ignorar até a sua existencia, ou junto de qualquer outro estabelecimento de educação, ensino, de caracter colonial, fundar-se-iam determinados cursos praticos ao alcance de todos, e que todos podessem frequentar.

Desta forma, isto é, vivendo e trabalhando em perfeita conformidade e correspondencia, os coloniais daqui e os de lá, o poder central e locais, bem depressa deixaria de ter razão de ser a vontade atribuida a Wells, a quando da sua visita, «*de que eramos um paiz colonial em que ninguem falava de colonias*», que é como quem diz, uma especie de monarchia sem monarchicos ou de republica sem republicanos.

Mas tudo isto precisa de maior desenvolvimento.

Por hoje limitamo nos a marcar o nosso lugar.

Seja bem vinda a «Gazeta das Colonias».

PIRES AVELANOSO.

P. Santos Gil, Limitada

Importadores de Material Telegrafico e Material Ferro-Viário de toda a especie:

LOCOMOTIVAS, ZORR-S AUTOMÓVEIS, CARRUAGENS, TRACTORES AGRICOLAS, ETC.

Conserva stocks permanentes para entrega imediata

FABRICANTES | *Koppel Industrial Car & Equipment Co., Ltd.*
| *Pennsylvania Car and Manufacturing Comp.^a*

Secção de construções

Ladrilhos e Azulejos em lindos desenhos e côres Muralo «Murite», preservativos de madeiras em variadas côres, telhas e chapas de asbestos, etc., das melhores marcas.

Secção de Madeiras

Possuimos em armazem, para entrega imediata, madeiras da Provincia das melhores qualidades, em pranchões, barrotes e taboas, assim como travessas para camiohos de ferro, paus para minas, etc.

Secção de Productos

Compramos e exportamos toda a qualidade de productos da Provincia, tais como: Milho, Mapira, Copra, Amendoim, etc.

Estancias e Armazens Alfandegados ao Kílometro 1 para Deposito de Mercadorias.

Officinas de Serração, Fabrica de Mobílias, Portas, Janelas, Aros, etc. movidas a Electricidade.

TELEFONES | Escritorio 400
| Estancia 493

LOURENÇO MARQUES

Cabo-Verde

O QUE TEM SIDO A ADMINISTRAÇÃO DA PROVINCIA

Muito se tem dito e escripto a proposito da provincia de Cabo Verde.

Planos de administração, são ás dezenas os já apresentados ao publico que se interessa pelas questões colonias.

Mas a verdade é que eles apenas tem servido para reclame de um ou outro nome que provavelmente aspire a ser o agente maximo de administração na provincia, e isto porque de pratico até hoje nada produziram.

Lamentavelmente, a administração publica da provincia de Cabo Verde, tem sido a maior das vergonhas da administração colonial.

Situações tem existido nessa co'onia que deveriam vexar os governantes pela sua ineptia e os governados pela sua

de lançar a provincia numa agonia lenta e dolorosa, por outro lado a natureza torna mais negro o quadro, não permitindo que ela beneficie periodicamente das chuvas tão necessarias ao seu desenvolvimento agricola.

A provincia de Cabo Verde, como todas as outras colonias portuguezas, tem sofrido, na sua já pessima administração, com a autonomia, que tão desastadamente lhe foi concedida.

Não se suponha que eu seja contrario á autonomia administrativa e financeira das colonias.

Defendo-a, acho-a indispensavel, mas dada progressivamente, por doses, por quem a saiba dar e a quem a saiba usar.

O que se fez, levar-nos-ha aquela situa-

hender e executar, em serios e irresoluveis embarços, e sem nunca poderem chegar a uma conclusão unanime.

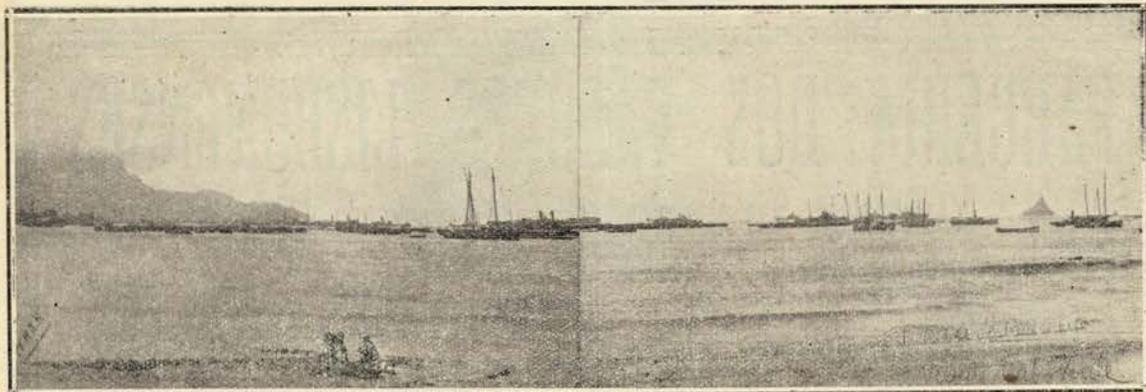
Dizia eu que a tão apregoada autonomia, tem feito os seus estragos na já pessima administração da provincia de Cabo Verde.

Outro nome não posso dar a uma administração, cujos efeitos estão bem na memoria de quantos conhecem a provincia.

Outro nome não devo ehamar a uma administração, que tem sido o agente unico do retrocesso progressivamente crescente, e da situação miseravel em que se encontra a provincia.

Enunciarei alguns factos, alguns apenas, que servirão de base indestructivel para essa minha grave afirmação.

Que direi eu de uma administração que



O Porto Grande de S. Vicente

apathia gravemente denunciadora de uma fraqueza moral que os incapacita de reagirem contra o abandono criminoso a que tem sido votados.

O povo de Cabo Verde, extremamente docil e bom, tem suportado as maiores agruras, tem sofrido as maiores inclemencias, sem um protesto, sem um queixume.

Só assim se explica que a rotina administrativa se mantenha inalteravel, repassada de defeitos, que em longos anos, tem agravado progressivamente a situação economica da provincia.

Só assim se comprehende que Cabo Verde até agora não desse o primeiro para aquella situação desafogada a que tem direito e que continue sujeito aos desvarios e incompetencia daqueles em cujas mãos se encontram depositados os seus destinos.

Se por um lado os homens se encarrigam

ção da creança raquitica, fraca das pernas, a quem tentassemos fazer caminhar em uma semana, como se fosse uma creança sã.

Acabaria por nunca mais poder andar.

Vamos por esse caminho no que toca á administração das Colonias.

São tantas já as leis por que se regem as provincias ultramarinas, tão complexas e contraditorias, que os proprios corpos consultivos, por vezes se veem embarçados, ao ter que dar o seu parecer sobre determinada consulta em que se tenha de invocar disposições variadas dessas leis.

E o que tem mais graça é que dia a dia vem aparecendo novas alterações e modificações, certamente estudadas por competencias em assuntos de legislação colonial, e de cada vez que essas modificações aparecem, vá de encontrar as pessoas que porventura tenham obrigação de as compre-

por varias vezes tem permitido e dado lugar a que, numa provincia, distante da metropole em 5 de viagem, os administrados se vejam a braços com um dos mais horriveis flagelos—a fome—chegando, como da ultima crise, a perecer cerca de 30.000 almas, numa população de 150.000?

Que posso eu dela dizer, quando em vespas dessa angustiosa situação, nunca tentou preveni-la, apenas pretendendo mais tarde e muito tarde remediá-la, quando esse remedio é ainda mais uma causa de milhares de victimas, mortalmente intoxicadas pelo desregramento alimentar?

Que devo eu pensar duma administração em que a saúde dos administrados é coisa de tão pouca valia, que sendo a provincia invadida de peste bubonica em agosto, só em meados de janeiro seguinte, tenham chegado até ella os primeiros e indispensa-

veis socorros, que tão grave vicissitude exigia?

Que pensar dela, quando eu vejo que milhares de cidadãos se encontram sem assistência medica, e quando a possam ter, apenas devem contar com o medico e nada mais?

Se é preciso uma analyse laboratorial, prova indispensavel por vezes para um perfeito diagnostico, essa analyse ou se não pode fazer de forma alguma em oito das ilhas do arquipelago, ou naquelas duas outras ilhas em que existe um laboratorio, só no nome, não ha possibilidade de se fazer uma pesquisa, que nos mereça confiança.

Se é necessaria uma intervenção cirurgica, o caso assume então aspecto muito mais grave.

Não ha um autoclave em que possam ser esterelizados os objectos indispensaveis a essa intervenção.

Arsenal cirurgico, pelo menos na ilha de S. Vicente (o que irá pelas outras?), onde prestei serviços, é todo ele tão miseravel que melhor seria nada existir.

Pois se para o serviço de hospital, eu, medico extranho a esse serviço, tive que mandar buscar a Lisboa, agulhas de sutura, que nem isso havia!!!

E isto, numa ilha que tendo um porto de mar visitado por dezenas de vapores todos os mezes, quantas vezes se não tem que operar cidadãos estrangeiros, com assistencia dos seus medicos, estrangeiros tambem. Suprema vergonha!

Se até por espirito de economia, foi introduzido o habito de se cozinharem as dietas para os doentes em latas de petroleo; de os doentes beberem pelas latas vazias de cigarros «Capstan»!

Aboliu-se o algodão do serviço hospita-

lar e os frascos conta-gotas foram substituidos por penas de galinha!

Tudo o que acabo de dizer sobre os serviços de saude, é bem conhecido de todos.

E é de extranhar que nunca houvesse um violento protesto colectivo.

Que mais poderei eu dizer de uma administração, em que, quasi todos os seus serviços se encontram absolutamente desmoralizados e anarquizados?

Vamos aos correios, serviço tão importante debaixo de todos os pontos de vista, e nele encontramos um estendal de miserias que seria longo enumerar.

Vamos ás alfandegas, aos serviços radio telegraficos, topamos com um presumido serviço de obras publicas, e em todos eles encontramos a mais completa desorganização.

Voltemos os olhos para o porto grande de S. Vicente, por todos considerado a ultima esperanza para a ressurreição da provincia, e o que vemos?

Obra nossa, genuinamente portugueza que mostre a nossa vontade de valorizar aquilo que é nosso, nada.

Se alguma coisa existe de bom é extrangeiro. É triste, bem triste.

Procuramos saber o que existe de iniciativa por parte dos governantes, no aproveitamento das industrias já estudadas, já

Companhia Nacional

DE

PRODUTOS COLONIAIS, L. DA

Rua dos Fanqueiros, 15 — LISBOA

Transações sobre cacau,

café, cera, coconote e couros

bem conhecidas, e mal conseguimos acreditar que a administração se albeia em absoluto de mais esse importantissimo ramo de desenvolvimento economico da provincia.

Passamos a vista pelo ultimo orçamento 924-925, ainda não aprovado, e vemos com o maior espanto, que a saude do povo das dez ilhas do arquipelago dá um encargo de 1.313 contos; e os indispensaveis e tão proveitosos serviços militares e ainda os de marinha sugam á provincia nada menos de 710 contos. Lê-se e não se acredita!

Muito mais eu poderia dizer sobre casos concretos da administração da provincia de Cabo Verde.

O que ahi fica creio que é bastante para se fazer ideia da anarquia administrativa que ha muitos anos vem assolando Cabo Verde.

Assumi ultimamente as redeas da governação publica dessa colonia o Sr. Dr. Julio d'Abreu.

Se bem me recordo, S. Ex.^a referiu-se em conversa ao seu plano de administração, vincando bem dois pontos: Transformar o porto de S. Vicente e moralizar os serviços publicos.

S. Ex.^a tem neste momento receitas mais que suficientes para encetar as grandes e indispensaveis obras no Porto Grande.

Quanto á moralização dos serviços publicos, não faltam a S. Ex.^a inteligencia e autoridade para o conseguir rapidamente e de forma a ter essa moralização um caracter permanente.

Cabo Verde não pode por agora exigir mais.

Tem pois a palavra o sr. Julio d'Abreu. Lisboa, Julho 1924.

FRANCISCO ANTONIO MARTINS.

PARCERIA DOS VAPORES LISBONENSES

(Arrendatária das docas e oficinas do Porto de Lisboa)

Serviço permanente de reboques, salvamentos de navios e transportes fluviais de passageiros, bagagens e cargas;

Aluguel de cábricas e outros aparelhos de força.

Trabalhos de sondagens e de mergulhadores.

Reparações de navios; limpezas, picagens (manual e a ar comprimido) e pinturas interiores de costados e de fundos.

Pequenas construções navais (rebocadores, lanchas, batelões, salva-vidas, etc.).

Demais trabalhos navais de todas as especiali-

dades metalúrgicas, de soldadura, de carpintaria de branco e de machado, de calafetos, etc.

Montagens e reparações de instalações electricas a bordo.

Obras hydraulicas.

Fornecem-se:

a) Indicações técnicas, orçamentos e planos.

b) Materiais para todas as obras e trabalhos referidos.

c) Dispositivos especiais para embarcações destinadas ao serviço colonial.

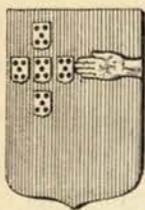
d) Tintas próprias para climas e águas tropicais.

Administração Central: — Cais do Sodré — LISBOA

Telefones | C. 1926 | Administração e serviço de transportes
| C. 2992 |
| C. 1588 | Oficinas, docas e obras

Endereço telegrafico:

“DRYDOCKS,,



S. Tomé e Príncipe

O SUDARIO DAS SUAS NECESSIDADES

O que no actual momento principalmente interessa á provincia de S. Tomé e Príncipe, por que disso depende, sem duvida, o progressivo desenvolvimento das suas encantadoras ilhas, é a *Mão d'obra*, que tão regateada lhes tem sido pelos Altos Commissarios de Moçambique e de Angola, como já muito bem deixou perceber o meu querido amigo sr. Egydio Inso, no artigo que publicou no primeiro numero da *Gazeta das Colonias*.

Vae para três anos que as roças desta colonia estão sendo trabalhadas com menos de metade do pessoal que é necessario para a sua regular cultura, como tive occasião de apreciar de perto.

Como toda a gente sabe, o cacoeiro é um arbusto muito mimoso e por isso mesmo requer, desde o seu nascimento até á altura de fructificar, muito trato e muito cuidado. Dai a razão, de força incontestavel, de se dar á provincia de S. Tomé e Príncipe os braços de que necessitar para os seus laboriosos trabalhos agrícolas, sem o quê, eles definharão, perdendo-se assim uma incalculavel fonte de riqueza nacional. E, tanto o que afirmo é verdadeiro, quanto é certo, que devido á escassez de trabalhadores, nalgumas roças que em 1920 produziam 30.000 arrobas de cãcau, a produção actual não vae além de dez a doze mil.

Estou no entanto convencido que o actual titular da pasta das Colonias, honrando o seu passado de colonial distincto, que pelas nossas colonias tem o maior carinho, dará dentro em breve, como aliás me prometeu ha dias ao reconhecer a justiça da minha reclamação, uma satisfatoria solução a este importante assumpto, desaparecendo assim um perigo que a todos nós preocupa de ha muito.

Alem da falta de braços, d'outras necessidades, bem imperiosas, enferma esta esquecida e abandonada colonia, taes como seja: uma bem cuidada difusão da instrução entre os nativos; a criação da Escola de Artes e Officios, tão indispensavel á

educação e preparação dos naturais das duas ilhas, para a fundação da qual ha longos anos que existem varias verbas doadas por alguns benemeritos (!); a criação do porto comercial com o seu caes acostavel, de ha muito reclamado e estudado e que



O senador por S. Tomé e Príncipe
SR. APRIGIO DE SERRA E MOURA

tão indispensavel é; o saneamento e aformoseamento da cidade de S. Tomé, com a indispensavel iluminação electrica; o desenvolvimento de in-

dustrias, que bem podemos afirmar ser ali um dos ramos de actividade quasi desconhecido; o prolongamento do Caminho de Ferro da Trindade, que presentemente só servindo para pezar com o seu deficit no orçamento provincial, poderia ser uma apreciavel fonte de receita para o Estado e prestar relevantissimos serviços á agricultura; e... ainda, para completar este já longo sudario de... necessidades, a prohibição imediata do fabrico de aguardente em S. Tomé, em conformidade com o que dispunha, muito humanitariamente, o Diploma Legislativo n.º 24, da autoria do antigo e ilustrado Governador da colonia e meu particular amigo, sr. Antonio José Pereira, mas a que, o Conselho Colonial, apesar das referencias lisongeiras que no estrangeiro lhe foram feitas,—designadamente na Conferencia de Genebra—bem como por uma parte da imprensa que se interessa pelos assumptos coloniales, negou o seu voto, sendo por isso, contra todos os principios de humanidade e até contra o decóro nacional, revogado ou posto de parte o referido diploma, collocando-se assim Portugal ao lado da Abissinia, no fabrico de alcool para envenenar, depauperar e abastardar os negros das suas colonias!

E... por hoje fico por aqui, porque não devo abusar da amavel hospitalidade de v., sr. Director só me restando agradecer-lhe, com muito reconhecimento, o seu amavel convite para bordar para as colunas da sua interessante *Gazeta*, pela qual faço, os votos mais sinceros de longa e prospera vida, as considerações que julgo mais oportunas, acerca das ilhas que tenho a honra de representar no Parlamento, como Senador.

SERRA E MOURA.

Os medicamentos «Sanitas» obtiveram na exposição do Rio de Janeiro, a mais alta classificação—O Grande Premio.

MANTUA, Ltd.



29 a 37
Calçada de S. Francisco
LISBOA

E M F I M . . .

(Comentario ao artigo que antecede)

A «Gazeta, agradecendo ao illustre Senador por S. Tomé e Prncipe a amabilidade com que termna o seu interessante artfgo, não pode deixar de pôr em relevo as esperanças, que S. Ex.^a tem, de que o problema da mão de obra naquela provincia seja resolvido em breve.

Tem S. Ex.^a muita razão.

Efectivamente a natureza do assunto, que afecta profundamente a vida da colonia de S. Tomé, não se compadece com embaladoras promessas, que não haja a intenção firme de cumprir integralmente.

Se os nossos costumes tem sancionado como prática corrente, em casos de somenos importancia administrativa, o prometer sem sequer se pen-

sar na maneira de rialisar o que se promete, o que já é lamentavel e prejudicial ao prestigio do Poder, não podemos sequer admitir que tal prática se generalisse a asuntos com a gravidade que caracteriza o da mão de obra em S. Tomé, pois que isso constituiria um verdadeiro crime.

De resto o actual titular da pasta das Colonias, que não julgamos capaz de tal procedimento, sendo pessoa que pelo Ultramar tem andado, sabe bem, por certo, a terrivel impressão que tais processos provocam entre os colonos, o desânimo e a descrença que originam e que se exteriorisam em justificados desabafos, sempre lesivos do nosso decôro de nação colonisadora.

Não; se o Sr. Ministro das Colonias *prometeu* ao legitimo representante de S. Tomé e Principe no Parlamento, que o problema da mão de obra indigena naquela provincia vai ser resolvido em breve, é porque sobre esse problema S. Ex.^a tem pontos de vista assentes, que sabe poder rialisar e que rialisará por certo.

Não podemos deixar de fazer um registo especial do facto, pois que para nós, como para todos os que sinceramente se interessam pela vida das colonias, tem ele uma importancia que é escusado encarecer, por ser de sobra conhecida.

Aguardemos pois, confiadamente, a efectivação da promessa de S. Ex.^a o Ministro das Colonias.

A CONSTRUTORA, L. da

Capital realiado: 2.500.000\$00

Séde em LOBITO

CAIXA POSTAL N.º 10

Filial em BENGUELA

CAIXA POSTAL N.º 32

Delegação em LISBOA: Rua dos Fanqueiros, 235, 2.º-Esq.

Telefone n.º 2772

Telegramas | Rodvalho — LISBOA
Construtora — LOBITO

GERENTES EM:

AFRICA

Sousa Lara & C.^a Ld.
Joaquim Duarte

LISBOA

José Rodrigues de Carvalho
Mariano Machado

Deposito de materiais no Lobito e Benguela

Encarrega-se de construções no Lobito e ao longo do Caminho de Ferro desde o Lobito até ao Bié (Silva Porto) Kilomet.º 627



Angola

A Crise da provincia carece de remedio pronto

Não deve dizer-se que a situação de Angola continua na mesma, pois que necessariamente ela é peor hoje do que ontem, como será amanhã mais grave do que hoje.

Os males da natureza daquele de que enferma a nossa infeliz provincia ultramarina, não estacionam; agravam-se constante e progressivamente, a não serem energicamente atacados nas origens.

Dizem as notas officiosas que o Governo já resolveu manter para aquela provincia a o regime do Alto Commissariado. Assim, indo ao encontro dos expressos desejos da colonia, resolveu o Governo um ponto da questão, mas que não é o mais importante.

Dissemos no nosso primeiro numero, ao tratar rapidamente o assunto, e mantemos hoje, que o que, em nosso entender, deve preocupar sobretudo, não é a escolha do regime de governo. O que importa, o que é de inadiavel necessidade é que se dê um pronto remedio á angustiosa crise de Angola e que ao mesmo tempo se estude rapidamente, mas com ponderação, a organização dum programa de realisação que, effectivado por quem quer que seja, que assuma o governo da provincia, leve a esta uma fase de progresso seguro, em que cada etape seja realisada baseiando os seus trabalhos, nos elementos solidamente criados na etape anterior.

Fica assim o problema dividido em duas partes perfeitamente distintas.

Encarando a primeira, não podemos deixar de recordar a feliz comparação feita pelo nosso illustre colaborador, Sr. Barros Queiroz, entre as relações da metropole para com as colonias e as relações dos pais para com os filhos. E fazendo-o, perguntaremos: qual será o pai que mereça esse nome, que deixe um filho afundar-se

num lamaçal de descrédito, arrastando na queda o seu proprio nome e inutilizando todos os esforços até aí feitos, sem procurar, ainda que com sacrificio, prestar-lhe o auxilio que seja necessario para evitar, não só a perda do filho, mas os prejuízos que ela causaria á sua propria dignidade?

E, quando o desastre não resulte exclusivamente da inexperiencia ou mesmo da má orientação do filho e para ele tenha contribuido o proprio pai, que imprevidentemente tenha alargado a liberdade daquele, cessando toda a fiscalisação e toda a acção tutelar—embora mascarada—que a sua condição lhe impunha, não aumentará a rasão de ser do auxilio pronto?

Evidentemente que assim é, e que nenhum pai recusará ao filho, numa situação desesperada, o auxilio que possa, para evitar a sua queda; e depois, logicamente, deverá limitar-lhe um tanto a liberdade até ali concedida, aconselhando-o contra os precalços tão frequentes na vida dos moços, desde a amante dissoluta e perdulária que os abandona ao vê-los exaustos de dinheiro e comprometidos, até á triste aventura do jogo, que tantas victimas tem feito.

Sendo assim e mantendo-nos dentro da comparação a que nos reportámos, não podemos deixar de entender que a Portugal assiste—neste momento—o dever de prestar auxilio pronto á sua colonia.

Que o faça acautelando os interesses da metropole e sem esquecer que Angola não é a sua unica colónia, é justo e é necessario; mas que não se perca de vista que Angola é presentemente a provincia que mais sofre e que o seu mal já está interessando outras provincias, que amanhã se poderão encontrar numa situa-

ção identica a esta de que vimos falando. Angola carece de socorro immediato e eficaz; que se lhe preste esse socorro, quanto antes, e ao mesmo tempo,—e esta é a segunda das partes que consideramos no problema,—que se olhe para deante e que, acautelando-nos contra novas dificuldades futuras, se estudem com o maior cuidado as necessidades e as possibilidades de Angola, os seus males e os remedios a opôr-lhes, e assim se constitua, não diremos um programa rigido de governo, que fosse cerceiar a iniciativa de quem o vá assumir, mas de directivas que lhe sirvam para não perder tempo na aquisição de bases para uma benéfica acção governativa.

Para tal estudo ha que reunir várias entidades, cujos esforços assim congregados e orientados num sentido unico, produzirão necessariamente um resultado mais útil, do que o que poderão conseguir em acções desconexas e por vezes desencontradas.

Que se chamem quanto antes essas entidades a colaborar com os seus conhecimentos, com a sua boa vontade e com o seu patriotismo, no trabalho que ha a fazer e que é mister fazer-se sem perder tempo.

Angola clama pela solução da crise que a asfixia; esses clamores, que por virem de longe vão sendo ouvidos e comentados por estranhos, não podem deixar de encontrar eco entre portugueses.

E' preciso, respondendo a tais clamores, encontrar uma solução immediata para a angustiosa vida de Angola e preparar-lhe no futuro uma situação que justifique os sacrificios das vidas perdidas para a sua posse, que a compense dos amargos dias que ora está passando e que nobilite Portugal como nação colonisadora.

Luso-Colonial, Ltd. ^a

ROSSIO, 93, 3.^o

LISBOA

Codigos | Ribeiro
| A. B. C. 5.^a Edição

Tele | fone NORTE 812
| grammas MILABREU

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

VINHOS DE CONSUMO E LICOROSOS

CONSERVAS, GENEROS COLONIAIS

Dão REFERENCIAS BANCARIAS — Pedem correspondentes nas colonias portuguesas

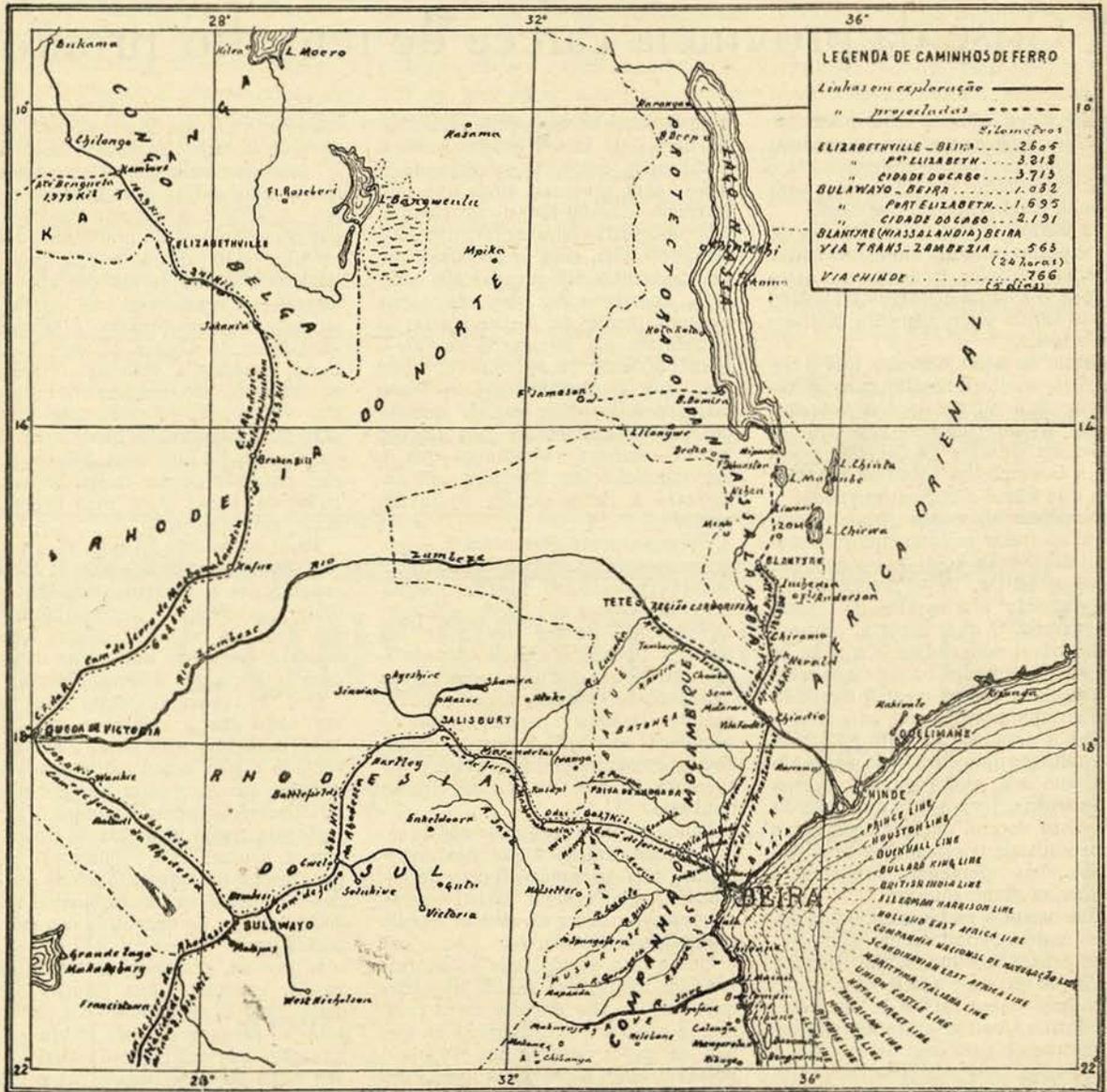
Agentes nas principais praças europeias.

Sucursal em ANVERS. Longue Rue Neuve, 6

Companhia de Moçambique

Comunicações Ferro-Viarias — BEIRA

Porto dos territorios da Companhia de Moçambique e o principal da Rhodesia do Norte e do Sul-Katanga Belga.— Protectorado da Niassalandia e vale do Zambeze



Exportação de milho da Beira

Durante o ano do 1923 foram exportados pelo porto da Beira 1.250.000 sacas de milho. Desse numero 797.000 sacos provinham da Rhodesia e 387.000 do territorio da Companhia de Moçambique. Estes importantes embarques indicam que a Beira está mantendo a sua posição de segundo porto cerealifero da Africa meridional e oriental



Mozambique

A ESCOLA DE ARTES E OFICIOS no distrito de Moçambique

Já de ha muito que se vem reconhecendo que o ensino a difundir entre os indigenas das nossas colonias africanas deve ser caracterisadamente profissional, o que não quer dizer que as realizações venham correspondendo

Entre essas escolas, onde se ministra um ensino de caracter acentuadamente técnico, figura a de Moçambique, á qual, mercê das obsequiosas informações d'um nosso amigo, residente naquela cidade, vamos fazer as merecidas referencias.

ce gratuitamente, accumulando-o com o de Director dos Correios e Telegrafos do districto, mandou immediatamente refa-



O Director da Escola, sr. Manuel José Paredes

a este conceito, e que não se note nas numerosas escolas espalhadas pelas nossas provincias ultramarinas, uma acentuada queda para o ensino puramente literário.

Por virtude da falta de preparação dos mestres ou por qualquer outro facto, que não pretendemos agora analisar, o certo é que o ensino profissional está muito menos difundido, do que seria para desejar, pois apenas num reduzido numero de escolas é se ministra e, devemos dizê-lo, com resultados que bastariam para justificar o desenvolvimento das existentes e a instituição doutras.

Para que o ensino nas colonias seja aquilo que deveria ser e que é mister que seja, ha muito que fazer; ha que romper com velhas rotinas que impossibilitam qualquer progresso apreciavel; é preciso animar muitas iniciativas desinteressadas e reconhecer e aproveitar grandes dedicações que nas colonias consti'uem a unica compensação á falta de assistencia official. No emtanto, deve dizer-se, alguma cousa ha feita segundo a orientação que se tem reconhecido ser a melhor.

As chamadas «Escolas de Artes e Officios», infelizmente em reduzido numero e levando quasi sempre uma vida amargurada, por deficiencia de recursos materiais, são instituições que nos honram e que á nossa obra de colonisação prestam já grandes serviços.

A Escola de Artes e Officios de Moçambique foi fundada em 1877 pelo Governo Geral da Provincia, com organização militar, e assim se manteve até 1906 data em que foi entregue á Congregação Saleciana.

Quando foi proclamada a Republica passou a Escola a ser directamente administrada pela Camara Municipal até que em 1921 foi novamente entregue ao Estado e por este confiada á administração da «Missão Civilizadora de Camões» sendo seu Director o ex-chefe dessa Missão laica.

Dizer o que foi esta administração, seria inconveniente, bastando apenas frizar que os alunos chegaram a um estado lamentavel; nus e famintos.

Em Março de 1923, tomou conta desta escola o capitão de infantaria Sr. Jones da Silveira, um devotado amigo das creanças, que, desde logo pensou em melhorar a situação dos pobres alunos ali internados, começando por contrahir um emprestimo que lhe permitisse, pelo menos, alimentar-os convenientemente.

A sua estada porem foi de curta duração,

— AGENCIA FOX —

Secção d'investigação policial particular, vigilancia e informações comerciais
Secção de turismo organizada nos moldes modernos, encarrega-se de alojamentos nos hotéis do Paiz, passagens, passaportes, transporte de bagagens, etc.

Unica no genero no Paiz. Referencias bancarias e comerciais

R. S. Paulo, 55, 3.^o-LISBUA End. teleg. FOX

zer a rouparia, reparar as camas, isto é, os leitos de ferro que encontrou distribuindo a cada aluno, os seguintes artigos de uniforme que consti'uem o seu enxoval:

- 1 fardamento composto de boné, calças e dolman de cotim militar;
- 1 calção do mesmo pano;
- 1 par de botas amarelas;
- 6 camisolas de algodão;
- 6 pares de peugas;
- 4 fatos-macacos de Zuarze azul;
- 1 talher completo;
- 3 pratos;

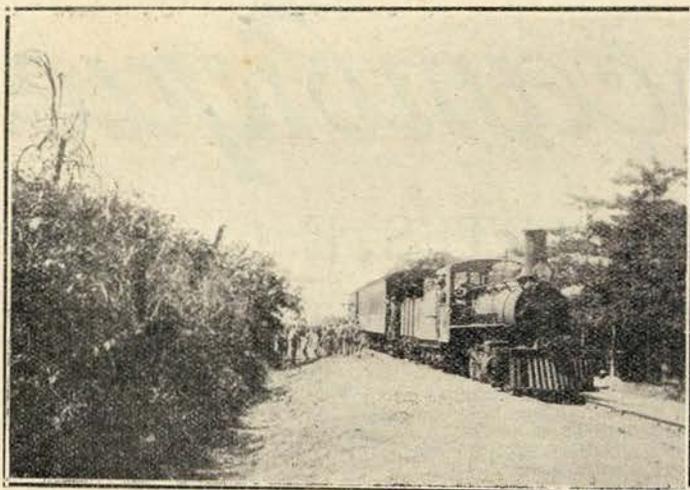


O corpo de alunos da Escola de Artes e Officios de Moçambique

pois em 1 de Maio do mesmo ano fazia entrega da direcção ao sr. Manuel José Paredes.

O novo Director logo que assumiu as funções do seu novo cargo, que exer-

- 1 copo;
- 3 guardanapos;
- 4 lençoes;
- 2 fronhas;
- 1 manta de lã.



Comboio especial do C. F. de Moçambique que serviu á excursão ao Monapo

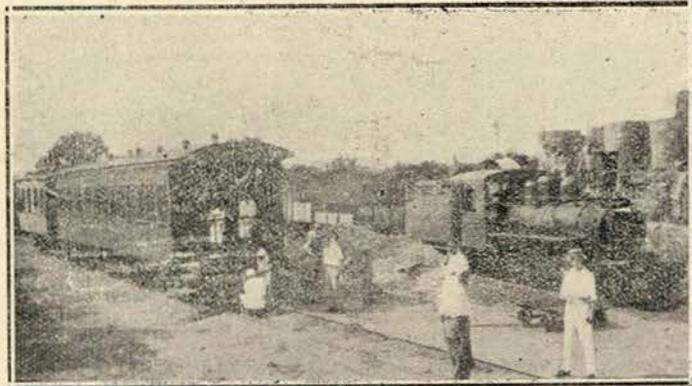
Desde então passaram, os alunos, a apresentarem-se decentemente vestidos e calçados e todos rigorosamente uniformizados, usando como distintivos, os correspondentes á sua graduação no corpo de alunos, que voltou a ter a organização militar primitiva com uma rigorosa e eficaz disciplina.

A alimentação foi consideravelmente melhorada, passando os alunos a ter quatro refeições diárias:

- A 1.^a ás 6 horas da manhã (chá, café e pão).
- A 2.^a ás 11 ¹/₄, sopa, um prato e pão;
- A 3.^a ás 17 ¹/₄ sopa, dois pratos e pão;
- A 4.^a ás 20 horas, chá e pão.

Organizou-se em seguida uma Banda de musica escolar para o que, muito contribuiu a illustre Comissão Municipal da presidencia do sr. José Candido Cavaco, que adquiriu um instrumental novo, completo, para 25 figuras, importado directamente da Italia.

No curto espaço de seis meses, os alunos da Escola de Artes e Officios, que não sabiam uma só nota de musica, tinham uma banda de musica da que hoje é já muito apreciada, tocando em publico todos os domingos e dias feriados em frente do Palacio do Governo.



O comboio especial recebendo agua. — A' direita da carruagem o grande empreiteiro e abastado proprietario, sr. Bonifacio Viegas, grande amigo da Escola

A Escola de Artes e Officios tem hoje 46 alunos internos e as seguintes oficinas

Serralheria,	com 6 alunos
Carpintaria,	» 15 »
Alfaiateria,	» 5 »
Encadernação,	» 4 »
Tipografia,	» 10 »
Sapataria,	» 6 »
	46

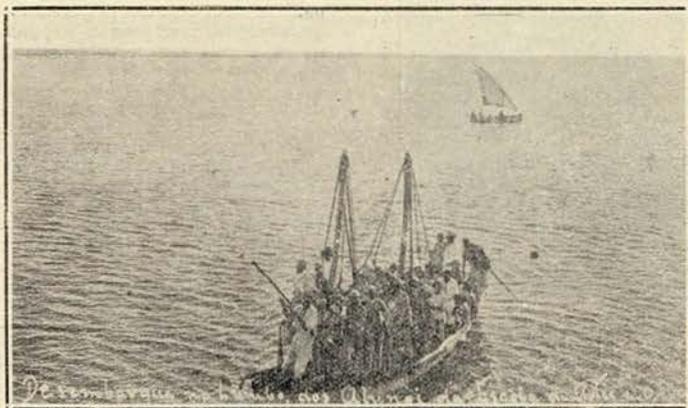
Todas as oficinas teem mestres competentes e são notaveis os progressos que accusam nestes ultimos 8 meses, havendo já, alguns ótimos carpinteiros, serralheiros, tipografos, encadernadores e sapateiros.

Pelas informações que, pelo nosso amigo nos foram dadas e a que nos cingimos, vê-se que a Escola de Artes e Officios de Moçambique é uma instituição modelar e avalia-se a dedicação e bela orientação do seu generoso Director, que está dando um exemplo de civismo, que muito desejariamos ver seguido.

Alto Commissario

Para Londres, onde vai ultimar as negociações relativas ao empréstimo destinado a Moçambique, partiu o Alto Commissario da Republica, naquela provincia.

De Londres, segundo as nossas informações, seguirá S. Ex.^a directamente para Lourenço Marques.



Excursão efectuada pelos alunos da Escola de Artes e Officios de Moçambique ao Monapo

aptas a executar todos os trabalhos da sua especialidade:

Com a realização do empréstimo externo fica resolvida a questão que S. Ex.^a considerou como mais imperiosa, quando a «Gazeta» deu a honra de confiar os seus pontos de vista.

Uma vez realisada aquella operação, fazemos ardentes votos para que S. Ex.^a possa imediatamente iniciar a politica de fomento, que subordinou ás seguintes directrizes principais: «Proseguir na construção das linhas ferreas de penetração preconizadas ao Norte do Save, melhorando os portos terminus dessas linhas, e modificar as características da região ao sul daquele rio, dando a ésta os meios de desenvolver a agricultura».

Sinceramente desejamos que S. Ex.^a encontre as maiores facilidades na efectivação do programa que traçou, e que interessa profundamente não só a vida economica da provincia, mas o prestigio nacional, fazendo-nos sair duma situação que lá fóra era comentada menos favoravelmente, embora com o esquecimento ou o disfarce de que para ella muito contribuiam, por vezes, os que mais acrememente a criticavam.



Macau

SOBRE AS OBRAS DO PORTO DE MACAU

Comentários ás «reflexões» do sr. Henrique Corrêa da Silva

Quando, para o primeiro numero da «Gazeta das Colonias» e accedendo ao convite, que me fez o seu illustre director e meu antigo condiscipulo e prezado camarada Oliveira Tavares, para inaugurar a secção «Macau» com algumas palavras sobre o problema que mais interessa, na actualidade, essa linda colonia e minha terra natal, resolvi escrever um ligeiro artigo acerca das obras em realisação no seu porto, outros propósitos não tive que não fossem os da divulgação de um bosquejo historico da questão e os da referencia a certos erros de administração que, a tal respeito e segundo o meu modo de ver, tem sido praticados.

Previ então, como o referi com lealdade áquele dedicado amigo, que as despretençiosas linhas, que redigi, poderiam dar origem a polemica e, por isso, condicionei a sua publicidade á conveniencia ou inconveniencia que Oliveira Tavares reconhecesse em ela se estabelecer.

Imediatamente me foi notificada a vantagem numa discussão que porventura surgisse em volta do assunto e, porque, de facto, esta nasce orientada com elevação e, para mim, com requintes de amabilidade, que me penhoram, por parte de um dos nossos mais distintos colonias, o Sr. Henrique Corrêa da Silva, forçoso é felicitar-mo-nos, todos, pela preciosa intervenção que no caso veio ter, com as suas «reflexões» confidas no ultimo numero desta «Gazeta», quem como S. Ex.^a possui uma especial autoridade para o tratar.

Antes de entrar na apreciação dos periodos que essas «reflexões» marcam como de divergencia de alguns pontos daquelle meu artigo, quero não só significar ao Sr. Henrique Corrêa da Silva que calaram fundo no meu coração de irmão o apreço que manifestou pelo assiduo interesse e devida magnitude com que o seu antecessor no governo de Macau encarou o problema do porto que estamos discutindo e que a S. Ex.^a, quando primeiro magistrado da colonia, mereceu os melhores cuidados, mas tambem registar com satisfação: a nossa concordancia de sentimentos nos louvores a Carlos da Maia pelo muito que trabalhou para a solução daquelle problema e pelo grande impulso que lhe deu tirando-o da inercia para o movimento de que não mais parou; a nossa identidade de vistas quanto á inexecutabilidade do decreto de 1917 como organização propria para a execução das obras, decreto que eu deroguei em 1918 substituindo-o por outro que um acto de má politica fez suspender por alguns mezes mas voltou a vigorar mais tarde,—melhorado, certamente, mercê dos alvites de S. Ex.^a—quando puderam ser coroadas de exito todos os seus esforços nesse sentido; e a nossa perfeita harmonia de pensar no respeitante ao perigo da subalternisação das questões do porto a um governo estranho e á condenação da entrega da

respéctiva administração a uma companhia internacional.

Isto posto, passo a analizar aquellas notas discordantes e facil tarefa me parece provar que elas não são tão acentuadas como se depreende da leitura do artigo notavel que estou apreciando.

Efectivamente:

1.º—Quanto á questão da posição do Porto de Macau em relação ao de Hong-Kong, a minha ideia não foi limitar a sua maxima aspiração á situação de auxiliar comercial deste ultimo, visto ter escrito, precisamente, que, *para o porto de Macau, alem de poder funcionar como centro de pesca e de transitio moderado para serviço de forasteiros, se deveria pretender, de começo, embora com a previsão duma possível ampliação futura de funções, aquela situação auxiliar.*

Assim, entre esta frase e as que o Sr. Henrique Corrêa da Silva redigiu a proposito, não ha contradicções, pois, por aquela, se não contesta a Macau o direito, pela sua posição geografica, pela sua qualidade de colonia europeia e pela importancia que tem como cidade, de aspirar a uma vida independente de Hong-Kong, e tão pouco se dá foros de realidade á presunção de que Hong-Kong sinta prejudicada a sua riqueza com o facto de, *em futuro já feliz, poder estar acostada aos cais de Macau uma meia d'zia de vapores.*

Antes, nestas ultimas palavras, por mim sublinhadas porque são do Sr. Henrique Corrêa da Silva, existe uma confirmação á conveniente redução de ambições que eu sempre preconizei e ainda preconizo.

E se sustento esta doutrina, não é, na verdade, para attribuir a S. Ex.^a quaisquer responsabilidades em actos praticados quando governador da colonia, aos quais caiba o proposito de, espontanea ou forçadamente, ter subalternizado o Porto de Macau do de Hong-Kong, mas para frizar que do mesmo se não pode vangloriar o actual governador, se são, como devem ser, verdadeiras as noticias particulares que de Macau me foram enviadas e que aludem a um celebre «memorandum» diplomatico (1) da administração local nascido do reconhecimento da falta de certas facilidades vizinhas.

Pertencendo este assunto, escabroso como é, ao rol daquelle para os quais, como muito bem diz o Sr. Henrique Corrêa da Silva, *ha razões politicas que são impossiveis de apresentar em um artigo de jornal*, prudente me parece não trazer para publico mais detalhes alem dos referidos e das observações que lhes completam o sentido e que a seguir transcrevo de uma lucida e sensata exposição feita, perante o Conselho de Administração dos Portos da Colonia, pelo ex-chefe da Missão de Melhoramentos e actual director o Sr. Almirante Hugo de Lacerda: «E' natural supôr que interesses particulares chineses e mesmo ingleses, desejem tambem o desenvol-

vimento deste porto (de Macau) pelos seus melhoramentos e pela construção do caminho de ferro que sirva o districto do Heurg-Shang; mas tambem é natural pensar que os interesses mais gerais de Hong-Kong, e ainda mesmo os da propria China, possam não ver, com os mesmos bons olhos, obras de grande vulto que tenham como objectivo o chamar a Macau, embora legitimamente, a grande navegação.»

Feitas estas allusões, ponho ponto no assunto, porque uma maior clareza na sua discussão poderá, porventura, brigar com as reservas que as conveniencias patrioticas recomendam;

2.º—Quanto ao *statu-quo* de 1887, eu sei bem que a China pretende que ele seja uma coisa inteiramente diferente daquelle que nós afirmamos, mas tambem sei que, existindo, numa e outra interpretação, uma parte comum, cuja ampliação era de tentar por negociações diplomaticas, a ella se deveria subordinar de começo, embora sob a previsão de uma maior amplitude futura, o plano dos trabalhos a executar nos territorios e aguas em litigio.

Acaso esta indicação, classificada de *platonica, embora muito judiciosa*, pelo Sr. Henrique Corrêa da Silva, excluia a ideia de figurarem no projecto geral da obra outros trabalhos a realizar em outros pontos, possivelmente colocados ao abrigo de incidentes, e que com aqueses constituíssem um conjunto harmonico para que o Porto de Macau bem pudesse desempenhar as funções a que se propõe?

Certamente que não.

E já que a incidentes, em que tambem fala o Sr. Henrique Corrêa da Silva, eu aludo, não deve ser levado á conta de vaidade o registo das suas palavras attribuindo-me, com perfeita exactidão, a ventura de nunca os ter conhecido enquanto desempenhei funções ministeriaes, e afirmando, como nobremente o faz, que tendo sido empreendido no tempo de Carlos da Maia o aterro junto á Ilha Verde e, a seguir, continuado quando meu irmão era o governador da Colonia, só no momento em que S. Ex.^a assumiu o mesmo cargo é que a China contra ele reclamou.

Foi então que surgiram os acontecimentos graves referidos no meu primeiro artigo sobre este assunto, após os quais a situação se definiu e foi determinada a orientação que está sendo seguida com o aproveitamento dos trabalhos até aí realisaados para o porto de pesca e pequena cabotagem, hoje concluido como S. Ex.^a sabe.

Sobre este ponto, como se vê, parece tambem que só uma deficiencia de exposição da minha parte, ou um mal entendido, pode levar S. Ex.^a á convicção de que as nossas opiniões não são concordes;

3.º—Quanto á grande empreitada, o Sr. Henrique Corrêa da Silva defende-a como sistema mais rapido e mais economico de execução da obra.

Não contestando este critério desde que,

como succede no caso em questão, a fiscalização seja rigorosa e competente,—e isto está o nosso perfeito acordo neste outro ponto que a S. Ex.^a pareceu de divergencia,—eu condeno tal sistema, por o julgar o-menos conveniente, para o Porto de Macau, exatadamente pelo receio, adivinhado por S. Ex.^a, duma proporcionalidade entre grandes empreitadas e grandes reclamações. Evidentemente, colocando o assunto assim, eu não considero que essas reclamações se filiem n'uma pouca escrupulosa redacção das condições do concurso, caderno de encargos ou termos do contracto, mas sim, e oxalá me engane, que elas venham a surgir de circumstancias independentes das relações entre as partes contractantes, como podem ser as derivadas do conhecimento da falta de certas facilidades vizinhas, do mesmo theor ou mais caracterizadas que as determinantes d'aquelle celebre «memorandum» diplomatico já aqui referido, e pelas quais o empreiteiro seja levado á realização de pedidos de indemnizações, que são de admitir, a menos que no contracto se tivessem incluído clausulas de precaução contra o facto, o que não creio á face da hipótese que formulo investindo de toda a seriedade afirma a quem foi adjudicada a execução dos trabalhos.

Que pode ter sido errada a ideia da empreitada geral tambem o prevê o illustre ex-governador de Macau Sr. Henrique Corrêa da Silva, formulando no seu interessante artigo, que estou apreciando, como remate das considerações produzidas a tal respeito, uma pergunta sobre o assunto que deixou sem resposta.

Decidindo-se por ela, bem fez S. Ex.^a em frizar que, n'esse sentido, por unanimidade se manifestou o Conselho de Administração das Obras dos Portos de Macau e que assim se orientou com pleno conhecimento do Ministerio.

Trata-se, pois, de um caso de duvida que o tempo se encarregará de esclarecer, estimando eu, muito sinceramente, que do meu lado não esteja a razão.

Por fim direi que n'essa empreitada se pensou quando o antecessor de S. Ex.^a governava Macau. Todavia, á face d'uma proposta apresentada pela Pacific Construction C.^a Ld. de Vancouver, proposta que foi transmitida, para resolução, ao gabinete das Colonias, o nosso ministro em Pekin disse *vêr inconvenientes serios em qualquer arranjo, entendimento ou contracto que representasse compromissos do Governo Portuguez e o proprio governador*, ouvido os Conselhos do Governo e dos Portos em sessão conjuncta, considerou-a *politicamente inexecutable*;

4.^o—Ainda não ha desacordo entre nós quando eu me refiro a um *abandono* de trabalhos no porto interior e o Sr. Henrique Corrêa da Silva declara que, por uma questão com a China, esses trabalhos foram apenas *interrompidos*.

Quando muito, poderá ter havido, da minha parte, força de expressão que me apresso a rectificar dizendo que aquele abandono foi .. temporário.

Creia porém S. Ex.^a que essa expressão, mesmo forçada, não me pertence: é a reprodução fiel da referencia que ao assunto faz o illustre director das obras do porto Sr. Almirante Lacerda a pag. 2 das *considerações prévias* de 28 de Setembro de 1920 constantes do ante-projecto do porto artificial na rada de Macau.

Já vê S. Ex.^a que, se foi má a informação de que me servi, por má eu não podia considerar a fonte em que a fui colher.

E porque aquelle distincto engenheiro hydraulico e categorizado official da Armada, que, a par de ser uma autoridade-tecnica, é um conceituado colonial, se encontra actualmente de passagem na Metropole, ninguém está em condições tão proprias, se a isso o Sr. Almirante Lacerda se prestar e sem que este meu alvitre represente menos consideração pelas opiniões do Sr. Henrique Corrêa da Silva a que eu tributo o melhor apêço e o maior respeito,—para vir esclarecer, no interesse geral, quaesquer duvidas que d'esta discussão tenham nascido e elucidar-me, e, por

certo, a muitas mais pessoas, sobre as garantias de ordem politica e a posição de ordem economica que Macau possui, no momento, para aspirar a uma justa compensação do sacrificio de dinheiros que está fazendo no seu porto artificial com as obras grandiosas em execução. Interessante seria que, no proximo numero, S. Ex.^a o Sr. Almirante referisse o que pensa a tal respeito.

Com esta ou ada lembrança, que, pelas relações de velha amizade existentes entre o illustre director da «Gazeta das Colonias» e o signatario d'estas linhas, creio consentida e desculpada, procuro tranquilizar o espirito d'aquelles que, como eu, têm apreensões sobre o assunto e prestar um serviço a Macau, terra que sempre recordo com saudades e que é digna de ser falada entre portuguezes para que jamais lhe falle o apêço de todos pela inquebrantável fé patriótica dos seus filhos e as melhores atenções dos poderes publicos para o seu progressivo desenvolvimento.

Antes de terminar quero não só exteriorizar o orgulho que sinto por ter provocado esta polemica, mas ainda dar publico testemunho ao sr. Henrique Corrêa da Silva, individualidade que se destaca no nosso meio militar e colonial pelo seu valor e meritos, do meu reconhecimento pela deferencia com que me distinguiu e tambem, e por fim, frizar a S. Ex.^a que, se foi para a quem de meio calendario de 1919 que escolhi o meridiano de referencia para os erros da administração de Macau quanto ás obras do porto, foi porque os factos a isso me obrigaram, porquanto, relativamente a epochas anteriores, só me foi possível, salvo qualquer correção que S. Ex.^a fará no sentido de me avivar a memoria, encontrar, para com as mais afastadas, fundadas razões de queixa contra a prolongada demora havida na Metropole para dotar a Colonia com os elementos indispensaveis á realização d'aquelas obras.

JOÃO TAMAGNINI.

SOUSA MACHADO & C.^A

SEDE EM LOANDA

ANGOLA--CABO VERDE—GUINÉ—LISBOA

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

:: PRODUTOS COLONIAIS ::

:: CEREAS DE ANGOLA ::

COMISSÕES E CONSIGNAÇÕES

Representantes privativos na Africa Ocidental Portuguesa da:

FORD MOTOR COMPANY

E. U. A.

Representação e Importação exclusiva de carros de turismo, camionetes, tractores FORDSON, accessorios e sobressalentes

FILIAIS NO:

:: FILIAL EM LISBOA ::

RUA GARRETT, 62, 2.^o

**LOBITO
HUAMBO**

END. TELEGRAFICOS:

PARA ANGOLA—SOMA

PARA LISBOA—SEQUE

Timor

O PROBLEMA ECONOMICO DE TIMOR

e os processos administrativos dos holandezes no extremo oriente

Todos os outros negocios eram com o chefe.

O habito da obediencia é tal e o desejo de conduzir o seu proprio destino é tão rudimentar, que até nos actos onde as responsabilidades individuais parecem mais insofismaveis se acostumam a procurar o apoio e auxilio de cima.

Vêmos na nossa colonia de Timor, para manterem o prestigio, os chefes empenharem-se, venderem gados e pagarem os numerosos impostos individuais de capitação de todos aqueles, que deixaram aproximar a epoca fixada, sem tentarem um esforço para arranjar dinheiro.

Restava a questão da liberdade de comercio, que se manteve e a isenção de trabalho forçado.

Este trabalho era no tempo de Daendels e nas epocas anteriores exigido de uma fórmula brutal e excessiva.

Era o sistema feudal aplicado em toda a sua crueza, eram os trabalhos e entregas forçadas, sem lei e sem limite.

E' sabido que Daendels, não olhando a sacrificio de vidas, fez construir, então, as grandes estradas de Java.

Mas deve notar-se que nem a entrega de generos nem o imposto em trabalho eram coisas absurdas e repugnantas aos nativos.

As velhas leis e usanças javanezas diziam, que a terra pertencia ao principe e o camponez lhe devia pelo usufruto um dia de trabalho em cada cinco e um quinto da colheita.

De abuso em abuso, a Companhia das Indias, chegara á tributação excessiva e ás exacções ilimitadas. O trabalho forçado empregava-o nas plantações de generos coloniais de que tinha o monopolio e o comercio.

Ora os inglezes abolindo o trabalho haviam contudo carregado no dinheiro, estabelecendo o imposto de fórmula a corresponder a entre a 1/3 a 1/5 do arroz da varzea e a 1/4 a 1/2 do da montanha.

Surgiam três inconvenientes. A terra perdia o enorme beneficio do trabalho gratuito sem qualquer compensação.

O imposto, por muito pesado, ficava em atraso não restando senão o expediente de vender as terras ou esquecer as dividas.

As subvenções aos chefes depositos mantinham-se na sombra.

E' facil avaliar o que sucederia tambem na nossa colonia se uma medida semelhante fôsse estabelecida em relação ao trabalho dos «auxiliares». Seria a paralisação e a morte, pois que, (como já demonstrei na primeira conferencia) sem capitais, só esse trabalho nos

tem permitido lutar e levar de vencida os nossos vizinhos.

Por todas estas razões voltaram os holandezes á antiga fórmula de cobrança, parte em trabalho, parte em generos.

O imposto sobre a terra voltou ao quinto da colheita; e a semana javaneza de cinco dias foi substituida pela semana europeia, exigindo-se um dia de trabalho em cada sete.

Nas terras da corôa, por direito de conquista, o imposto era cobrado pelo Estado.

Em Surakarta e Djokjokarta, cujos principes teem tratados de amizade com os holandezes, eram aqueles quem recebia o imposto.

Nas propriedades perfeitas na posse de europeus ou chinezes, a cobrança era feita pelo proprietario, como senhor da terra, e este estendia-se com o Estado.

Ocorre-me que em Timor a alguns plantadores de Halo-Lia, tem sido imputado identico procedimento, afirmando-se que cobram o «rai-tem» e mantem entre os moradores das suas terras um espirito por demazia patriarcal, que briga com as disposições legais e conduz a atritos com as autoridades.

Nada pagavam os operarios e de uma maneira geral os que não tivessem propriedade rustica.

Pelo mesmo principio o dia de trabalho em cada sete, sendo parte complementar do imposto sobre a terra, só era devido pelo chefe de familia, pois só a este a terra era distribuida.

O resultado é que em cada casa um certo numero de homens se empregam neste serviço e, assalariados ou não, fazem todos os misteres agricolas em que adquirem grande prática.

Tambem em Timor temos o kuda-reino (cavalo do rei) de aspecto pouco atraente, mas dispondo de grande pericia em manejar o «parão» e fazer os caboucos da varzea.

Os seguintes preceitos, regulavam a entrega do genero:

Estando o arroz maduro, o camponez e o senhor assentavam no campo, antes da colheita, sobre a quantidade e o valor desta.

Não havendo desacordo, o camponez finha o direito de entregar a importancia do quinto dentro do praso de quatro mezes, a contar da ceifa. Mas se o proprietario preferia o genero, devia este ser entregue na sua casa, sem delongas.

Se não acordavam era chamada a gente da povoação, ordenada a cega, as espigas atadas em feixes de uma braçada, e os feixes dispostos em medas de cinco.

Em cada monte um era o do proprietario. Este perdia o direito ao carreto, o campones tinha que indemnizar os ceifeiros, ficando os dois prejudicados.

Ainda uma disposiçao, introduzia pelos inglezes, foi mantida apenas para os europeus e chinas: a venda por dividas.

Sem esta restricão, toda a propriedade podia facilmente passar de mãos indigenas para não indigenas, pois numerosos usurarios chinezes não deixariam de explorar em seu proveito os caprichos, a extravagancia, a vaidade e a imprevidencia dos naturais.

E' mais uma prova de fraqueza, impotencia e irresponsabilidade destes povos, perante as nossas concepções de justiça e economia.

Tudo o que venho de expor não só dá idéa dos contrastes entre dois processos de colonisação, como mostra a natureza das instituições malaias e seus conceitos economicos sobre a propriedade, o imposto, o trabalho, etc.

Perante essas instituições o que fazer? Como organizar?

Começar por destruir tudo para impor á força principios economicos que aproveitarão sobretudo a australianos ou americanos, ou pegar no que existe e confiarmos em nós próprios?

Já me referi á opinião que sobre Timor emitia, em 1881, o sr. O. Martins, de que não nos devemos admirar se considerarmos que ainda hoje, o compendio de geografia em uso nos liceus, ensina uma organização administrativa que eu já não achei em 1911 e comete na cifra da população um erro de meio por meio.

Seja-me permitida mais uma citação desse autor: «Abolida a escravidão, levanta-se o problema do regime do trabalho livre indigena, e as idéas vigentes não admitem outra hipótese senão a do salariado á moda da

Europa; ao mesmo passo que as instituições sociais dos negros não consentem as formas de servidão feudal da Asia. Quando, pois, os entusiastas das colonias enumeram com fervor as riquezas naturais do solo portuguez africano, e a quantidade de coisas preciosas que lá se poderiam plantar esquecem que, antes d'essas afirmações que de resto não admitem réplica—está a questão do trabalho, sem o qual não ha instalações agricolas; está ainda e finalmente, a da inteligencia e sabedoria da administração, sem as quais não ha coisa alguma prospera nas sociedades dos homens.»

(Continuo).

Governo da provincia

Somos informados de que em breve seguirá a ocupar o seu lugar de Governador de Timor, o Sr. Coronel Raimundo Meira. Apraz-nos registar o facto, pois não podiamos deixar de ver com pesar que a vida daquela colonia estava sendo altamente prejudicada, com a ausencia de quem tem de dirigir a sua administração.

Com descentralisação ou sem ela, as colonias poderão ir vivendo, bem ou mal, consoante as circunstancias; sem governo é que nenhuma poderá viver e todos sabemos que um governo, daquela responsabilidade, exercido embora por pessoa muito competente, numa interinidade de duração sempre duvidosa, é quasi o mesmo do que a ausencia absoluta de governo, pois muito naturalmente todos os assuntos de mais importancia, que por isso mesmo são os que mais interessam a vida da colonia, vão ficando sempre á espera de que chegue quem, de direito, os deve resolver.

Esta tem sido a situação em que Timor de ha muito se tem mantido e que parece vai ter agora o seu termo, com o que todos nos devemos regosijar.

COMPANHIA ESTRELA-FARIM

(GUINÉ PORTUGUEZA)

Sociedade Anonima, de responsabilidade limitada, com o capital de Libras 40.000, na qual todas as transações serão feitas em ouro ou valores imediatamente convertidos em libras, destinada á exploração agricola, industrial e comercial da propriedade Estrela-Farim

Séde—Rua Ivens, 25-1.º—Lisboa

A Companhia Estrela-Farim dispõe na Guiné Portuguesa duma propriedade de excepcional importancia e de elementos do maior valor para a sua administração.

Tem uma superficie de 25.000 bectares de terreno magnifico e está já enriquecida: Com cerca de dois milhões do palmeiras, produtoras de coconote. Com quantidade consideravel de arvoredos de excelentes madeiras, sobretudo mogno e pau rosa.

Esta propriedade é marginada pelo rio Cacheu, numa extensão de 11 kilometros com a importante vantagem do rio ser ali de agua doce e navegavel para barcos ate 1.000 toneladas, o que assegura o transporte para a Europa em 7 dias sem dependencia de transportes terrestres. A abundancia de agua doce aconselha a cultura da cana de açúcar que nesta região é já largamente aproveitada.

Outras importantes explorações poderão ser realizadas. Já se está tratando da cultura do tabaco e gergelim, ensaiada ha um ano com bom resultado.

Estão construidas casas para habitação e armazens e dispõe-se de maquinas agricolas e de pessoal devidamente escolhido para os serviços agricolas e comerciais.

A fiscalisação será constante e intensa, e está garantida a mão de obra indigena.

As condições da subscrição são as seguintes:

a pronto pagamento	Esc. 100\$00 por acção de L 1
em prestações	Esc. 130\$00 por acção de L 1
1.ª prestação de	Esc. 35\$00 no acto da subscrição
2.ª " de	Esc. 35\$00 até 31 de Julho de 1921
3.ª " de	Esc. 35\$00 até 31 de agosto de 1921

A subscrição está aberta na séde (rua Ivens, 25-1.º), e nos seguintes estabelecimentos bancarios e suas agencias:

Banco Aliança, Porto

» Continente e Ilhas, Lisboa

» do Credito Nacional, Lisboa

» Espirito Santo, Lisboa

Banco Industrial Portugues, Lisboa

Nacional Ultramarino, Lisboa

Casa Bancaria Fonseca Santos & Viana, Lisboa

» A. Piano Junior & C.ª, Lisboa

Assembleia Geral—Presid.; Visconde de Santarem, prop.; Vice-pres.; Francisco José Vieira Machado, adv.

Conselho de Administração—Efectivos: Francisco M. da Costa Lobo, professor da Universidade e Levy Marques da Costa, advogado. Administradores delegados: Carlos Henrique, official da armada e Raul Queimado de Sousa, official da armada. Suplentes: Antonio da Costa Carvalho, proprietario; Fernando Augusto Vieira de Matos, official da armada e José M. de Queiroz Veloso, professor da Universidade de Lisboa.

Conselho Fiscal—José Augusto Ferreira Lopes, official do exercito e Eduardo do Couto Lupi, official da armada.

ARTE

DR. CARLOS AMARO : : : : :
LUIZ MOITA : : : : :
JOSÉ AUGUSTO MELO VIEIRA

TEATRO — LITERATURA — MUSICA — PINTURA, ETC.

UMA GRANDE ESTATUA

VAE ser inaugurada em Baltimore (America) a estatua de Adão. Não de Adão Bermudes, como poderíamos imaginar, o illustre architecto não terá ainda desta vez as suas estatuas em Baltimore. E dizemos «estatuas» porque S. Ex.^a afinal não é pura e simplesmente Adão: é Adões — Adões Bermudes!

Explicado isto, já o leitor comprehendeu que o Adão que em Baltimore vai ser estatuaado não pode ser outro senão o Adão primeiro homem, o Pae Adão, como é de uso chamalhe, em sinal de um bem entendido respeito. Quais as fortes razões que levam aquella simpatica cidade americana a prestar, em bronze ou em marmore, tão significativa homenagem ao esposo de Eva, não o sabemos nós. Por delicadeza e prudencia, de ha muito nos habituámos a não perscrutar os justos ou injustos motivos, que tem determinado os povos a consagrar na praça publica os seus heróis mais queridos. Mas, desta vez... começamos por não comprehendere que esses senhores de Baltimore se não lembrassem de levantar antes daquella, uma estatua á Primeira Mulher, á doce Eva, esbelta e cheia de graça. Por Adão ter á luz apparecido primeiro, não pode ser a preferencia, pois n'esse ponto mal informados estão os livres santos, facil como é demonstrar que Ela foi modelada antes, muito anos que seu marido barbudo e respeitabilissimo.

O Senhor, como V. Ex.^a sabem, creou a Eva naquella manhã suavissima em que creou as rosas... Só depois, muito depois é que lhe acceteu crear o homem, uma ideia infeliz que lhe veio num infeliz e aborrecido entardecer no Paraizo. Que diabo, todos temos os nossos dias maus, e bastas provas tem dado o Senhor de quanto, de então para cá, se tem arrependido.

Pois, como iamoz dizendo, e não é preciso um longo meditar, facil é emendarmos o flagrantissimo erro cronologico da Biblia.

Eva, bastava olhar para ella, era a obra evidente de um artista em plena florescencia, sintese suprema de tudo quanto de bello existia na terra e nos ceus! Adão, pelo contrario, é já uma obra de manifesta decadencia, realizada por processos realistas, com bem visiveis excessos de desenho, numa exageradissima preo-

cupação de detalhe, producto de uma imaginação já fatigada de tanto tór imaginado...

Ella, é a criação original e magnifica; Ele, uma simples copia, toda feita á imagem e semelhança, e, devemos crê-lo para honra do Senhor, uma copia infeliz e banalissima, que, constantemente por meio de castigos e de suaves milagres, tem tentado inutilmente emendar!

Assim, Eva deve ter vindo á luz ahi pela madrugada do quarto dia, ainda Deus tinha nas suas divinas mãos, ao modelal-a, restos de estrelas e de corclas orvalhadas... Adão, só depois de creadas as bestas, segundo as suas especies, é que surgiu do triste barro da terra, (Beresith, versiculo 25), ao despegar do sexto dia, já luscofusco, entre dois cançados bocejos do Senhor, pouco antes da socega. Por isso, nasceu parvo, e largamente o demonstrou a vida inteira.

Já Eva se mirava e remirava na superficie de todos os lagos, torcera e destorcera os cabelos de ouro á imagem das liquidas tranças de agua que desciam os verdes outeiros do Eden, se fartara de desfolhar as margaridas em honra do anjo louro que um dia vira atravessar uma alea fresca de loureiros floridos, quando o bruto appareceu a ensaiar os primeiros passos, aos trôpo-galhópos, assustando toda a passarada com a terrivel expressão da sua face ridicula e tremenda.

Ora, assim restabelecida a verdade dos factos, resta-nos perguntar aos cidadãos de Baltimore que faria Adão, que o torne digno de extraordinarias simpatias e preferencias.

Na celebre historia da maçã, por exemplo, fez ele logo a mais triste das figuras... E, daf por diante, desconfiado e pensativo, nunca mais viu desenharem-se no chão os circulos cabalisticos da serpente, que ele se não puzesse a fazer conjecturas, estopadas filosoficas, interrogações desesperantes; emquanto Ela, gracil e ligeira, esmaga a cabeça do reptil contra o solo, depois de bem lhe ter aprendido a malicia e a saber imitar os movimentos flexuosos nos geitos do seu corpo de seda...

Que tem ele feito depois, que tem ele sido, por si e atravez da sua descendencia, oh, gentes injustas de Baltimore? Inventou religiões, filosofias, revoluções, maquinismos complicados,

o frak, o chapéu de côco e as «sidecars». Tem sido poeta, assassino e ladrão. E tudo isto sempre sujo, com o fetido suor do seu rosto! ..

Emquanto que Ella!..

Oh, Ela tem sido a graça! E' bela e basta! A Eva, pois, deve ser erguida a vossa estatua, e que seja equestre, e, se ainda teimais em esculpir de Adão a tristissima figura, que Ela cavalgue sorrindo, sobre os seus brutos hombros.

Ha milhares e milhares de anos que Ele é os seus filhos e os filhos dos seus filhos, nos habituámos ao delicioso frete.

FREI CARLOS.

TEATRO

BILHETE POSTAL

Meu querido colono:

Ha dias, ali no Tavares rico da Rua Larga de S. Roque, a critica oficial patenteou o seu apreço, tambem oficialmente, ao sr. Lino Ferreira, comendo, bebendo e brindando com uma eloquente boa disposição e aquella facil tendencia ao elogio que e o apanagio da nossa gente e da nossa terra.

Eu concordo com o sr. Lino Ferreira. As peças nas suas mãos, avaliadas entre dedos sabios, são sempre — ou quasi sempre, peças que dão dinheiro, que se transformam, de peças de teatro, em peças de ouro. Elogiar o sr. Lino Ferreira é portanto saber comprehendere como se realisa praticamente teatro, sem illusões nem altisonantes exigencias, sem exagerados arrosos intellectuaes, mas segundo as circunstancias de logar onde, avaliadas em facil analyse as conveniencias, feitas, numa rapida operação mental, duas complicadas contas de somar, — a dos prós e a dos contras, e com os resultados uma simples subtração, para vêr se se deve ou tem a haver...

Alguem me contava um dia, alguem do convívio intimo dum nosso consagrado pintor, que

viveu muito tempo em Paris, uma simples e graciosa anedocta muito para meditar.

Todas as tardes o artista nosso compatriota descia, de braço dado com um ou outro amigo, os Campos Eliseos, num vagar paciente, de comodo esforço á sua sensibilidade, de cariciosa satisfação aos seus olhos ávidos de côr... De braço dado com o amigo, a conversa, banalisava-se nesta ou naquela blague, seguia o rumo do capricho, roçava pelos assuntos atrevidos dos jornais. Ele porém lá tinha sempre os olhos á espreita, os olhos sequiosos de esteta, antenas dum talento que anseava por se desfazer em obras de arte... Paris ia tombando na noite e o sol de julho (faz precisamente alguns anos que isto se passou), rasgára os seus raios na silhueta do Louvre, móle pesada no contorno sanguineo da luz poente. O pintor parou. O braço que ele enlaçára no do amigo, sacudiu-o, chamando-lhe a atenção. O outro, erguido lentamente, indicava o palacio distante, na sua expressão passiva dessa hora romantica. O indicador, o furabolo, esticava-se da mão fechada e contornava no ar um croquis esquisado á pressa, do serio palacio dos Valois. O amigo, respeitada a sensibilidade do outro, dispunha-se a ouvir-lhe impressões, impressões elegantes da sua estetica requintada, palavras que o ajudassem a impressionar-se tambem.

Mas o pintor foi breve, duma simplicidade encantadora. Deixou bruscamente cair o braço e balbuciou, mais talvez para si que para o outro:

—«Mil e quinhentos francos...»

Isto é, evidentemente, um exagero. Podemos até admitir que isto se não tenha passado, o que não vem colocar em campo mais desafogado o nosso pintor, antes pelo contrario. Isto vem apenas para confirmar aquellas velhas teorias, tão sapientes, de Sancho Pança, e deduzir logicamente com elas que sem os mil e quinhentos francos do quadro do Louvre o nosso pintor não poderia, nem fazer outro quadro, nem comer outra botas, nem comprar outras botas.

A critica de Lisboa foi duma grande noção de equilibrio, bebendo o seu champagne pelo Administrador do nosso Teatro Nacional. Agradeceu-lhe, o que era justo que se fizesse, o ter

conduzido habilmente os magros dinheiros do teatro, chegando ao fim com saldo positivo, o que representa, sem possível contestação, um esforço inteligente e tenaz. Foi, além disso, duma rara virtude homenageando. Soube ser prudente, sobria e atilada.

Meu querido colono, nós não devemos ficar de fóra. Reuna ao dêles o seu voto, como eu, na manhã de Cintra em que Lino Ferreira ripostou com viandas e Colares, já tinha reunido, espiritualmente, o meu.

LUIZ MOITA.

A PROPOSITO DE «A VERDADE»

O ultimo original dos Srs. João Correia d'Oliveira e Francisco Lage, «A Verdade», posto em scena com grande cuidado scenico pela companhia de Lucilia Simões, é um trabalho discutivel, tanto na sua expressão dramatica propriamente, como melhor ainda sob o ponto de vista da sua pretensa belesa literaria.

Todavia, apesar destas longas tardes de julho, nunca nos ultimos meses um original portuguez foi, não diríamos tão discutido,—porque ninguém falou dele em voz alta,—mas tão reclamado. Não houve periodico que desde a «première» até a recita d'autores, não trouxesse, pelo menos, uma entrevista com os publicados dramaturgos. Nas noticias algaraviou-se quanto coube na fantasia jornalística. Nas entrevistas foram os proprios actores da «Verdade» que vieram explicar a sua obra; e respondendo ás perguntas dos variadissimos entrevistadores eles, João Correia d'Oliveira e Francisco Lage, foram copiosos de frases e rasões, como se «A Verdade» não andasse sempre ao cimo d'agua...

Eu compreendo e admito o valor incontestavel da publicidade, os seus efeitos, a força da sua arma na luta pela vida, sobretudo nesta epoca de hoje. Acho tão natural fazer o reclame duma peça como dum pneu. Tudo são maneiras de correr no tempo a muitos quilometros á hora. Ha simplesmente uma coisa que não me parece, não digo já natural, mas elegante: Isso de vir o artista explicar a sua obra.

«Implicitamente confessa que errou», disse de si proprio Augusto Gil no prefacio do seu livro de versos «Sombra de fumo». Porque, se a belesa estetica da obra d'arte não reside totalmente na propria obra d'arte, e são precisas entrevistas, prefacios, reclames, analyses,—ai de nós!—o que ali está é um esquisso, uma forma incompleta, alguma coisa que o talento

não amassou e não moldou da perfeição helenica, do temperamento classico onde reside a unica fórmula de resistencia á intemperie dos seculos, da intenção eterna da Belesa...

João Correia d'Oliveira e Francisco Lage falaram de si; não tiveram coragem de esperar que todos falassem dêles... E a sua «Verdade», que logo na noite da «première» nos não falou sinceramente, mas com um pouquinho d'artificio, acabará por lhes mentir tambem a eles,—justamente quando por nós tiver sido esquecida como qualquer blague de mesa de café que nos fês sorrir, precisamente por não ser verdade...

João Correia d'Oliveira e Francisco Lage cuidaram mais de seu proprio reclame do que da sua peça. E o resultado foi uma enormissima solução de continuidade entre os tres actos, a despeito da unidade de tempo. Um enorme fracasso na obra psicologica, apesar da unidade d'acção. Um fatigante movimento scenico de figuras, se bem que, em «A Verdade», existisse a unidade de logar.

Jacinto Benavente, mau profeta na sua terra, poderosissimo talento pouco reclamado até o premio Nobél, fala alugres, com amargura, dos grandes sucessos e dos grandes fracassos que mais tarde o tempo, com tempo e serenidade, se encarrega de corrigir. E cria um casal burguez, casal quarentão e pacato que nas «premières» como que prediz a correção tempo, discordando do sucesso ou do fracasso, lá no seu camarote de terceira ordem.

—«Não era para tanto entusiasmado»...

—«Não era para tão pouco. Ha coisas lindas dentro da peça».

Eu vi o casal de Benavente na noite da «première» de «A Verdade». Estava aí a meio do teatro de S. Carlos, ao pé de mim. Mesmo ao meu lado, a filha do casal,—vinte e tres anos, vestidos com garridice de côr de rosa, seguia atentamente o curso do 2.º acto. A peça estava para atingir, com certo ruido, a eclosão do conflito. Lucilia, com a sua arte mais brilhante contava ao marido, com violencias maximas de ciume pela filha, que esta não é filha dêle. Em boa verdade ela não é filha de ambos; mas a personagem cala-se para não transtornar o final do acto.

E a filha do casal de Benavente, a rapariga côr de rosa, levanta-se na cadeira. As mãos batem uma na outra, com desespero. Não se contém que não diga, numa aflicção indomada: —«Conta o resto! Conta-lhe o resto! Estúpida!»

Será esta rapariga digna descendente do casal de D. Jacinto?

LUIZ MOITA

DESPORTO

Carlos Oscar da Silva

JOGOS OLIMPICOS

e a representação portuguesa

Os jogos da VIII Olimpiada, realizados em Paris, estão quasi terminados, só faltando á data em que estas linhas são escritas, disputar a *natação*, o *hipismo* e o *remo*.

Pela segunda vez Portugal fez-se representar em sports athleticos — a 1.^a em 1912, com A. Stomp, Cortezão, e outros — enviando os atletas

foi de 11" para o primeiro, que eliminou da competição o nosso compatriota.

Karel Pott, menos feliz na escolha da série, não cuidou, ao que parece, de se apresentar em boa fórma, perdendo a prova por mais de doze metros e em ultimo lugar.

Em 200 metros Gentil dos Santos,

ao nosso concorrente 22" $\frac{3}{5}$ o que é muito bom e bate o *rècord* português de $\frac{3}{5}$ de segundo.

A assistencia não deixou de aplaudir como devia, o esforço do lusitano, tão valoroso na luta que sustentou.

O Dr. Martins, representante «*pesado*» á ultima hora para o lança-



A «equipe» portugueza de Tiro, concorrente aos «matches» internacionais e de provas dos jogos olimpicos. Da esquerda: Capitão Andréa Ferreira, Major F. Antonio Real, Tenente Anisio Soares, Dr. Antonio da Silva Martins, Francisco Mendonça (cap.), Antonio Montez, Tenente Guerra, Feix Bermudes e Dario Canas

Gentil dos Santos, Karel Pott e Dr. Antonio Martins.

Os nossos representantes fizeram uma figura modesta, excepto Gentil, que se mostrou á altura da circumstancias na prova de 200 metros e cujo nervosismo junto á infelicidade manifesta que o perseguiu, não deixou que se classificasse.

Na prova de 100 metros, Gentil dos Santos *rècordman* português com 10" $\frac{1}{5}$, ficou na eliminatória de Cyril Coafée, campeão canadiano com 10" $\frac{3}{5}$.

Depois duma má partida — ponto capital da sua derrota, — Gentil foi ganhando terreno aos seus adversarios, mas só logrou classificar-se em 3.^o lugar, a quatro metros do vencedor Coafée e dum italiano. O tempo

despido do nervosismo tão natural num atleta que sabe ser a esperanza portugueza, partiu optimamente na sua série, em que corria o fantástico Paddock e o inglês Abraams, campeão olimpico de 100 metros.

A meia corrida Gentil leva já dois metros de atrazo, e um soberbo esforço dos dois primeiros faz que a distancia aumente, aos cento e cincoenta metros, sem que o português consiga impedi-lo.

Em quarto lugar vem um bom corredor holandez, que quere a todo o custo passar adeante, o que Gentil não deixa, lutando com tanta energia até á chegada, que a distancia entre ele e os dois *leaders* é de 3 metros sómente!

O tempo: 22" $\frac{11}{5}$ para Paddock, dá

mento do disco, ficou em ultimo lugar com 32,^m43, o que de resto não é mau.

Mas que fazer ao pé do quarteto americano: Houser, Hartranft Lieb, Pope, que lançam mais de 44 metros?

*
*
*

Mas se em atletismo não pudemos provar, que o desporto em Portugal não é um mito, na esgrima, o nobre desporto das armas, o nome de Portugal vincou duma maneira verdadeiramente notavel.

Em florete onde só dois atletas se inscreveram: o Dr. Manuel Queiroz e Gil de Andrade, não conseguimos ir á final individual, embora quer um

quer outro, tivessem ganho as eliminatórias respectivas.

A sua pouca felicidade, deve-se em grande parte á falta de habito destes torneios, pois pela primeira vez fomos representados em florete; e tambem ao facto de veras lamentavel de serem os assaltos quasi seguidos.

Todavia, não há razão para nos entristecermos, pois que a imprensa franceza — e o público mais que ela! — e a inglesa sobretudo, teceu imensos elogios aos portuguezes, como este que transcrevo de "Miroir des Sports":

«A noter la remarquable performance des deux portugais Queiroz e Andrade qui furent tout près de rester dans la finale malgré ce désavantage unique: étant les deux seuls fleuretistes de classe qui possèdent le Portugal (tout le monde s'y adonne à l'épée) ils n'ont pu s'entraîner que l'un contre l'autre.

Ils avaient beau changer de côte comme préparation à une compétition aussi dure et aussi variée, c'était maigre!»

Como se vê por estas linhas, o bom nome de Portugal ficou bem vincado no *coeur* dos floretistas francezes.

Em espada a nossa desforra, foi de tal modo grande e notavel, que os esgrimistas merecem bem o «epiteto» de primeiros entre os primeiros!

Não me referindo pessoalmente a nenhum, quero contudo lembrar as

Revista de Fotografias

"FOTO-SPORT"

PUBLICA-SE DUAS VEZES POR MEZ

O magazine mais completo da especialidade

SÉDE: R. Industriaes, 7 e 10 LISBOA

Assinaturas para as Africas

10 numeros 33\$00

magnificas victorias do Dr. Ruy Mayer e de Mario de Noronha sobre Lucien Gaudin, o rei dos *espadistas* francezes!

Estas duas *performances* custaram mais ao orgulho da França, que uma derrota da sua equipe na classificação final! As nossas laminas foram as primeiras e unicas que bateram Gaudin vencedor dos Nadi, Ducret Anspach, etc. Por *equipas*, depois de batermos Cuba, a Inglaterra, os Estados Unidos, a Dinamarca e o Uruguai fomos apurados para a final, onde nos conservamos de tal modo próximo dos vencedores — como se verá — que a

FESTA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FISICA

Prometemos no nosso primeiro numero fazer umas mais largas referencias á Festa Nacional de Educação Fisica, encarando-a sobretudo de baixo do ponto de vista pedagógico.

Porque a falta de espaço não permite que nos alonguemos, procuraremos sintetizar em poucas palavras o que pensamos, sobretudo no que respeita á Parada de Ginástica, em que muitas centenas de alunos executaram uma série de exercicios comandados.

A instituição da Parada só pode ter, em nosso entender, uma das duas, ou mesmo as duas, finalidades seguintes: a avaliação do ensino ministrado ou a propaganda da E. Fisica.

Encarando a Parada como processo de avaliação do estado do ensino, não podemos deixar de reconhecer que ela não pode preencher tal fim, visto se determinar a execução *duma lição (?) unica, a mesma para todas as idades e para ambos os sexos* — o que já não é razoavel, — e que sendo distribuida com bastante antecedencia, ensaiada repetidas vezes, não só pelos respectivos professores, mas até pelo Director da Parada, poderá quando muito demonstrar, por parte de mestres e de alunos, o desejo de não destoar no conjunto.

Parece-nos escusado insistir na demonstração de que a Parada de Ginástica, tal como foi organizada, não satisfaz como processo de aferição do ensino, e assim passamos a analizar a sua eficiencia, como factor de propaganda. A propaganda da E. F. deve ser feita, ou pela demonstração dos seus resultados ou pela apresen-

tação dos meios de que ela se serve. Evidentemente a Parada não pode servir á primeira forma de propaganda. Os resultados da E. F. avaliam-se pelas alterações morfológicas e pelos beneficios fisiológicos acusados pelos individuos sujeitos á sua acção, e que se traduzem afinal por uma saude fisica. — impossível de verificar numa exhibição de conjunto — e tambem por um adexramento, que só pode ser revelado em exercicios de applicação, que lá não se exclusivismo. Fica pois, por exclusão, a apreciação da Parada, como factor de propaganda, pela demonstração dos meios que no campo da E. F. se podem empregar. Entre estes meios, teve um predominio — roçando pelo uclurirismo, a ginástica comandada, não se chamando a atenção pública para os jogos que na E. F. têm uma importancia, que não é mister encarcerar. Mas sobre este facto, que necessariamente já prejudicaria a propaganda que se pretendesse, se é que se pretendia, ha para nós a forma da exhibição ginástica, feita com um certo número de exercicios, sem sequencia, sem constituirem o todo a que se chama *lição de ginástica* e escolhidos com a preocupação exclusiva do conjunto, em detrimento das mais rudimentares regras do ensino.

E dito isto, que mais poderemos dizer da Parada de Ginástica? Que representa uma iniciativa muito louvavel, que é mister modificar para melhor e em que se deve aproveitar o livre concurso dos Professores de Educação Fisica, entre os quais se encontram muitas competencias, e muitas boas vontades.

nossa classe como esgrimistas é de facto extraordinaria.

Os finalistas foram, além de nós: a França, a Itália e a Belgica.

Jogamos com a França e perdemos por 11 victorias a 5; com a Italia, sendo vencidos por 8 victorias a 7 o que não significa inferioridade da nossa parte.

Com a Belgica perdemos por 9 victorias a 7, o que tambem não prova superioridade nos vencedores.

Com estes resultados, se pôde ajuizar bem o nosso valor na prova de espada por *equipas*, onde o nosso cavalheirismo foi notado.

A revista *Sporting*, de Paris, re-

sume as suas apreciações] deste modo:

«L'équipe portugaise est d'une tenue et d'une classe absolument remarquables!»

Na prova individual, fomos eliminados, devido ao cansaço já grande em que se encontravam os nossos atiradores.

Só Mayer, Paredes e Noronha, chegaram ás finais, o que de resto é já meritorio. Mas estamos convencidos firmemente, de que nos jogos de Amsterdam de 1928, Portugal faça izar a bandeira das quinas bem alto, o mais alto possível, no topo do mastro olimpico significando a victoria da esgrima portuguesa.

NOTICIARIO

Major A. Leite de Magalhães

Tivemos o prazer de receber a visita deste nosso illustre colaborador e querido amigo, que no governo do distrito de Cuanza Sul (Angola), confirmou por forma brilhante as excepcionais faculdades que já manifestara em Timor e noutras colonias, onde tem passado grande parte da sua vida e a que tem dado o melhor do seu esforço, sempre util e bem orientado.

Temos como certo que Leite de Magalhães retomará em breve o seu lugar de governador, donde,—a seu pedido—saíu, levado por aquela independencia de caracter, que todos os que com ele privam lhe conhecem bem, e onde convem que prossiga a sua honesta e criteriosa administração.

Registando o prazer que tivemos por abraçar o nosso querido amigo, faremos votos para que em breve nos possamos felicitar, por ver realisada esta nossa previsão.

Almirante Hugo de Lacerda

Encontra-se na Metropole o sr. Almirante Hugo de Lacerda, a cargo de quem tem estado a direção das obras do porto de Macau e a quem a «Gazeta» apresenta respeitosa cumprimentos.

Distrito do Cuanza Sul

Foi-nos dado ensejo de ver um relatório que sobre a *Geografia historica, fisica, politica e economica* daquele distrito, foi elaborado pelo seu Governador, o sr. Major A. Leite de Magalhães.

Do ligeiro exame que pudemos fazer desse relatório, depreendemos tratar-se dum estudo de raro valor, pelo trabalho de investigação a que deve ter obrigado, pela brilhante exposição e sobretudo pelo que contém de novo e de interesse para os coloniais e colonialistas, não só sobre o referido distrito, mas sobre toda a provincia de Angola.

Sabemos estar a publicação deste relatório pendente da satisfação da importância da sua factura. E' um motivo forte, mas que esperamos ver removido em breve.

Como muito bem disse o sr. Dr. Brito Camacho, prefaciando um estudo colonial, a propaganda das Colonias faz-se tornando-as conhecidas por intermedio de quem tenha autoridade para o fazer, e o sr. Major sr. Leite de Magalhães, tem-a.

Varias

Foram mandados regressar pelo Ministerio da Guerra ao das Colonias os funcionarios dos correios e telegrafos de diversas colonias que estavam prestando serviços nos correios e telegrafos de Lisboa e que para este efeito haviam sido requisitados.

Vae prestar serviço no Ministerio das Colonias o engenheiro inspector das Obras Publicas da provincia de Moçambique Teodoro Monteiro de Macêdo.

Consta que vae ser suprimido este lugar na provincia de Moçambique.

O sr. Ministro das Colonias solicitou do Procurador Geral da Republica deduzisse embargos ao acordam proferido pelo Su-

premo Tribunal de Justiça no processo contra Domingos Euzebio da Fonseca, devendo a questão ser resolvida pelo mesmo Tribunal em sessão plenaria.

Foi aposentado o director districtal de Fazenda de Angola, Sr. Alvaro de Paiva Lorena.

Foi mandado prestar serviço no gabinete do Sr. Ministro das Colonias, o Director dos Correios de Moçambique, Sr. David Moreira Pinto.

As comunicações telegraficas com a ilha de S. Thomé encontram-se interrompidas por motivo de avarias nos cabos submarinos que ligam o Principe e Loanda com a referida ilha.

Vae ser transferido de Tete para Inhambane o escrivão de juizo, Sr. José Luiz Joaquim Ribeiro, sendo colocado em Tete o escrivão Sr. Alvaro Carlos Henriques, que acaba de prestar provas publicas no Ministerio das Colonias.

Pediu a exoneração de secretario provincial da Agricultura de Angola o tenente-coronel do Estado Maior, Sr. Joaquim dos Santos Correia.

Está já interinamente governando a provincia de Macau o coronel Sr. Joaquim Augusto dos Santos.

No «Diario do Governo» n.º 152 de 9 do corrente foi publicada a Lei n.º 1622, que é do teor seguinte:

Art.º 1.º—Os funcionarios publicos naturais das provincias Ultramarinas, de categoria igual ou superior a primeiros officiais ou equiparados, têm direito a gosar na metropole, com as passagens pagas pela respectiva colonia, uma licença graciosa pelo tempo de seis meses

§ 1.º—Para que estes funcionarios possam ter direito a esta licença é necessario que tenham quinze annos de effectivo serviço, boas informações e comportamento exemplar.

§ 2.º—Gozada a primeira licença só passados seis annos é que o funcionario tem direito a nova licença nas mesmas condições.

Art.º 2.º Os funcionarios a que se refere a presente lei tem direito a fazer-se acompanhar, por conta do Estado apenas por suas esposas.

Art.º 3.º—O numero de funcionarios que em cada colonia poderá anualmente gosar das vantagens da presente lei, assim como as condições de preferencia, serão fixadas pelos diplomas legislativos coloniais, tendo em consideração as necessidades de serviço e a situação financeira de cada colonia.

Art.º 4.º—Fica revogada a legislação em contrario.

Corrigenda

No n.º 2—No artigo «*Dividas Coloniais*» onde se lê: *sobre aquela epigrafe*;... deve ler-se *sob aquella epigrafe*...; na 3.ª columna onde se lê *foi um negocio a pimenta da India*. . deve ler-se *foi um mau negocio a pimenta da India*...

Tudo aos montes

VENDE-SE ESTAMPILHA F. MAIS FORMULAS DE FRANQUIAS FUMAR IBIDO AFIXAR ANUNCIOS RUA NESTA PROPRIEDADE LOPES VIEIRA 25 ADVOCADO MERCEARIA TESOURARIA OFICIAES LETRAS ESMALTADAS MODAS RECISTO CIVIL

(A todos interessa)

Não tem agentes a Gaza Freire nem quere

preferindo vender directamente aos frequentes pelo preço 40 010 mais barato (que é o que os agentes levam a mais. E façam seus pedidos directos para serem bem servidos e rapido á Grande fabrica onde se fazem essas lindas Chapas e que duram para ser pre e letras esmaltadas para ruas, estabelecimentos, etc., emblemas lindos e baratos para Sports, clubes, medalhas para corridas, (artigos de Barba), Gilettes mais baratas, maquinas de 4 rolos para as afiar, Tesouras finas e canetas de tinta permanente com pera de ouro a 40\$00, que os outros vendem pelo dobro canivetes, Carimbos, numerados a tinta, a repetirem o numero até 12 vezes, ditos para cheques a picotar o numero e com data, selos em branco para as juntas de Paroquia, camaras e repartições, sinetes para lacre e roupa, etc., alicates de selar, marcas a fogo, etiquetas de metal para sardinhas, fixas de metal para jogos de café, fabricas, etc., aneis á Freire, em aço e ouro com brazões e monogramas, cunhos importé du Portugal, chapas e letras para marcar caixotes e preços, lampadas e instalações electricas, etc., etc. Unica na Europa completa.—A. L. Freire, 158 a 164, R. do Ouro.—Telef. 1656 C.—Peçam á cobrança para tudo lhe remeter.

Nascimento Pires, L. da

IMPORTADORES E EXPORTADORES

PRODUCTOS COLONIAIS

LISBOA—R. da Conceição, 75, 2.º

Telefone C. 5248 Telegram. Candimba

BENGUELA—Caixa postal 69

Telegramas-NASCIMENTO

SÁ LEITÃO & C.^A, L.^{DA} R. DA MADALENA, 45, 1.^o
LISBOA
— Teleg.: "MONDEGO" — Lisboa —

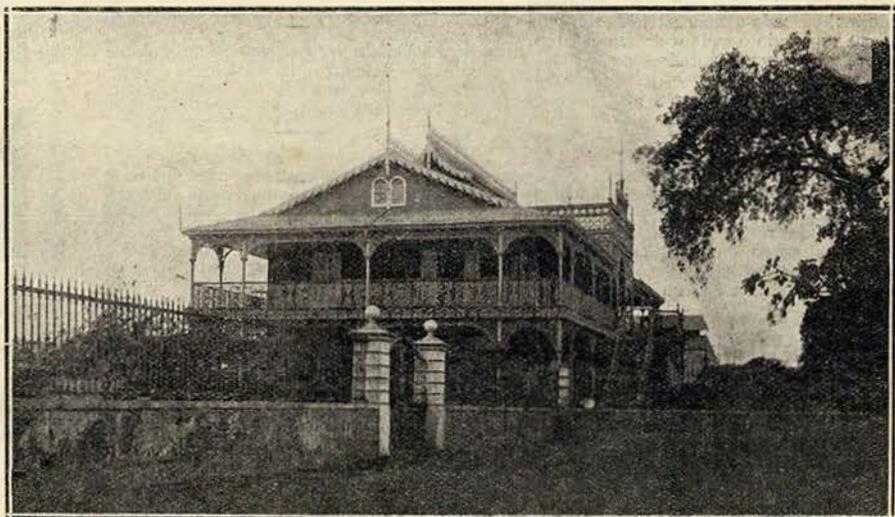
Importação e Exportação

directa das suas casas em **ÁFRICA** de todos os produtos de **ANGOLA** (Africa Occidental Po-tuguesa)

Café, Cacau,
Coconote, Óleo de
palma, Urzela,
Borracha, Cera de
abelha Goma
copal, Marfim etc

Em deposito para
fornecimentos:

Fazendas, Quinquilharias,
Géneros alimentícios, Fer-
ramentas, Vinhos, Oleos e
variadissimos artigos da in-
dustria nacional e estran-
geira



DEPENDENCIAS DE LOANDA

SOCIEDADE ANGOLA E CONGO, LIMITADA

(Junção das firmas BERNARDO, RAPOSO & C.^a L.^a e QUINTINO, SANTOS & C.)

Sede — RUA DO OURO, 50, 2.^o — LISBOA — Telefone: C. 3922

DEPENDENCIAS EM AFRICA

LOANDA — CATETE — CASSONECA — LANDANA

IMPORTADORES E EXPORTADORES

COMISSÕES E CONSIGNAÇÕES

Os maiores exportadores de algodão, em Angola. Os principais exportadores
de oleaginosas, em Landana (Congo),

Exportação geral de todos os outros generos coloniais.

Grandes lavras de algodão nas regiões de CATETE e CASSONECA com fabrica de desgranamento
em Catete e ensacadeira própria para exportação de milho

LOANDA — Rua Alfredo Trony

TELEFONE: 62

Endereços telegráficos: ANGOCONGO

Referências: BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

Banco Nacional Ultramarino

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

BANCO EMISSOR DAS COLONIAS

Séde — LISBOA — Rua do Comercio
Agencia — LISBOA — Cais do Sodré

Capital social: Esc. 48.000:00\$000

Capital realizado: Esc. 24.000:000\$00

Reservas: Esc. 34.000:000\$00

FILIAIS NO CONTINENTE — Aveiro, Barcelos, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Chaves, Coimbra, Covilhã, Elvas, Evora, Extremoz, Faro, Figueira'da Foz, Guarda, Guimarães, Lamego, Leiria, Olhão, Ovar, Penafiel, Portalegre, Portimão, Porto, Regua, Santarem, Setubal, Silves, Torres Vedras, Viana do Castelo, Vila Real de Traz-os-Montes, Vizeu

FILIAIS NAS ILHAS — Funchal (Madeira), Angra do Heroismo e Ponta Delgada (Açores)

FILIAIS NAS COLONIAS — AFRICA OCIDENTAL — S. Vicente de Cabo Verde, S. Tiago de Cabo Verde, Bissau, Bolama, Kinshass (Congo Belga), S. Tomé, Principe, Cabinda, Loanda, Malange, Novo Redondo, Lobito, Benguela, Vila Silva Porto, Mossamedes, Lubango

AFRICA ORIENTAL — Beira, L. Marques, Inhambane, Chinde, Tete, Quelimane
Moçambique e Ibo

INDIA — Nova Gôa, Mormugão e Bombaim (India ingle'a) CHINA — Macau TIMOR — Dilly

FILIAIS NÓ BRASIL — Rio de Janeiro, S. Paulo, Pernambuco, Pará e Manáus

FILIAIS NA EUROPA — Londres, 9 Bishopsgate E.—Paris, 8, rue du Helder

AGENCIA NOS ESTADOS UNIDOS — New-Yerk, 93, Liberty Street

Operações bancarias de toda a especie no continente, ilhas adjacentes, Colónias, Brasil e restantes paises estrangeiros

TEM UM AUTO,
UM SIDE,
UM CAMION,
UM TRACTOR?

QUER LUBRIFICA-LO
CONVENIENTEMENTE?
DIGA-NOS A SUA MARCA E
RECEBERA' ESTE FOLHETO.



PRODUTO DOS ESTUDOS DOS NOSSOS ENGE-
NHEIROS ESPECIALISTAS, EM COLABORA-
ÇÃO COM OS DAS CASAS CONSTRUTORAS



Mobiloil

AGUIE-SE PELA NOSSA TABELA DE RECOMENDAÇÕES

VACUUM OIL COMPANY